O Meridional

NÚMERO 1
ANO I
ABRIL DE 1978

Director e Proprietário: A. A. A. SOARES

MENSÁRIO ALGARVIO
Praça Alexandre Herculano, 24 — FARO
Preço 10$00

EDITORIAL

O Meridional» que ora aparece, não pretende ocupar o lugar de ninguém nem nenhum lugar na inexistente imprensa regional. Não pretende ocupar o lugar de ninguém porque, nos tempos de desemprego e incerteza que correm, nestes tempos de degradante e absorvente preocupação com o dia de amanhã, ser-lhe-ia impossível subtrair o ganha-pão de quem quer que fosse, fossem quais fossem as opções do improvável lesado. E porque ser-lhe-ia insuportável ser apontado, pelos raros espíritos livres, como mais um periódico que pode protestar meigamente, mas é sempre um dos inumeráveis pilares da Sociedade — esta sociedade anónima de responsabilidade limitada, onde cada qual tenta irresponsabilizar-se, ao abrigo das ordens vindas de cima e do anonimato dos lugares ocupados. Também não pretende ocupar nenhum lugar, porque a imprensa regional não existe. E não existe porque, para começar, a autonomia dos municípios e das regiões há séculos que vem recebendo machadadas da realeza, do caciquismo local, do desenvolvimento capitalista nacional e internacional, da república mais ou menos jacobina, do liberalismo, da democracia, da ditadura integralista, do fascismo, do socialismo autoritário e reformista, do individualismo mal digerido, do comunismo gregário, da Santa Igreja católica; de gregos e de troianos, em suma. O ideal burguês e jacobino do Estado forte, retomado por conta própria pelos defensores da ditadura dita do proletariado, esse ideal de um Terreiro do Paço omnipotente e omnipresente (e que já não tem como contra-poder a fazer-lhe frente a Comuna medieval), tem sempre tido os seus encarniçados defensores, quer eles se digam partidários da democracia indirecta ou representativa, quer da não menos indirecta ou representativa ditadura. E as pálidas tentativas de descentralização administrativa, permitidas pela Constituição e decretadas pelo Príncipe, de definição de um poder local, de criação de assembleias distritais, municipais e de freguesia, de criação de conselhos distritais consultivos, de atribuição de maior autonomia financeira a esses prebendados do sufrágio universal denominados presidentes das câmaras, de transformação do governo civil num executivo local forte, ao mesmo tempo que correia de transmissão do poder central, não desmentem, antes confirmam a tendência. Confirmam-na porque toda a descentralização determinada por quem manda, faz-se sempre em nome da eficácia, queremos dizer, de um maior controle de todos nós. Dentro desta ordem de ideias, quanto melhor estiver estruturado o poder local, tanto pior para os homens que querem ser livres; quanto mais fundos forem cavados os alicerces, tanto mais completa será a armadura do mais hipócrita dos Estados: o Estado de Direito. Confirmam-na ainda porque o Estado não se limita a ser constituído pelos saltimbancos da Assembleia da República, pelo corpo de ministros e secretários de Estado que constituem o Governo, pelo Presidente da República, pelos burocratas das principais administrações, pelos tecnocratas das grandes empresas estatizadas, pelas altas instâncias do poder judicial tais como os tribunais da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça, pelas cadeias centrais, pelos hospícios dos grandes burgos, pelos grandes asilos para alienados, pelos membros das várias corporações policiais, pelas forças militares e militarizadas. Como não se impôs à Sociedade de fora para dentro, antes representa a sua forma organizativa por excelência, forma organizativa essa que se processa sempre de cima para baixo e do centro para a periferia, nele contam tanto ou mais que os cumes e as culminâncias as pequenas unidades de enquadramento básico, isto é, esse amontoado de instituições consideradas eternas pelos privilegiados e pelos resignados.

De entre elas, para começar, há a destacar as que estão mais próximo dos indivíduos concretos, para melhor os castrarem e lhes aniquilarem a vontade. O ingénuo cidadão, *por exemplo, com o seu civismo indefectível, os seus tiques de máquina votante e o seu lombo adaptado aos contornos do corpo eleitoral, em princípio eleitor e elegível, carrasco democrático de si próprio e dos que não pensam como ele, é o indivíduo que o deixou de ser, perdeu a consciência de si mesmo, para meter um polícia na cabeça, passar a ser uma coisa pública e membro ideal de uma comunidade ilusória e abstracta que o esmaga: a* Nação. *A família monogâmica moderna, baseada no fundo machista da civilização, na ética judaico-cristã, na submissão da mulher e dos filhos à* patria potestas *(ou poder paternal do Código Civil), quer dizer, ao poder real e nada ilusório daquele que é, ao mesmo tempo, pai, padre e patrão, é um dos grandes pilares da construção geral do Estado. Wilhelm Reich chamava-lhe também* família obsessional. *A* escola, *outro exemplo também aparentemente ingénuo, com a sua aprendizagem do servilismo, com o seu professoral «respeitinho é que é preciso»,*

(Continua na 2.ª página)

A propósito dos partidos políticos

Numerosas famílias, inúmeros bons cidadãos ficaram perplexos com a coligação governamental entre o P. S. e o C. D. S. para a constituição do 2.° Governo Constitucional. É uma tendência que não podem reprimir, de rotina. Certas pessoas, que por vezes constituem as tão alardeadas maiorias, as quais gostam sempre de oprimir muito democraticamente as minorias, parece que nasceram para ficar eternamente espantadas, para mergulhar de cabeça na perplexidade mais flagrante. Como se ainda tivessem o espírito virgem, talqualmente. Assim: espantaram-se que o P. C. P., através da pessoa de Avelino Gonçalves, participasse, com a importante pasta do ministério do trabalho, logo no primeiro governo provisório. Depois espantaram-se que o P. S., face à imposição militar-stalinista, tivesse baixado o pavilhão a 14 de Janeiro de 1975 e tivesse aceitado, na prática, a lei da unicidade sindical. Após o que ficaram perplexos que o mesmo P. S., seguindo massiçamente a linha de Mário Soares, saísse do quarto governo provisório. A seguir ainda mais espantados ficaram por, ainda no quarto governo provisório, ficarem no poleiro o P.P.D./ /P.S.D. de Carneiro e o P.C.P. de Cunhal. Depois ficaram no auge do espanto por o mesmo P.C.P. e o seu pseudónimo M.D.P./C.D.E. constituirem o quinto governo provisório. Após o que não caíam em si de perplexidade, ao verem o P. S. passar pelo sexto governo provisório, de novo na companhia do P. S. D. e do P. C. P., e minoritário constituir, só, o 1.° Governo Constitucional, o qual até nem foi difícil de derrubar, constitucionalmente, civilizadamente, com a lágrima no olho, porque somos um povo sentimental. Para finalizar, abrem desmesuradamente os olhos por verem o P. S. e o C. D. S. darem o dito por não dito e constituirem o 2.° Governo Constitucional, em nome dos superiores interesses de Portugal e do Algarve.

Espanto verdadeiro e, por conseguinte, ignorância nirvânica? Espanto fingido, fementido e, por conseguinte, má consciência? Ou, de forma mais elaborada, cinismo, que é muitas vezes a sublimação da hipocrisia, o esgar da pusilanimidade?

Seja como for, não fazendo nem o jogo da direita nem o jogo da esquerda, as quais ficariam radiantes se pudessem enredar toda a gente na teia do seu jogo, mas fazendo muito simplesmente o nosso, ocorrem-nos algumas verdades triviais sobre os partidos políticos em geral. Pedimos antecipadamente desculpa pelas banalidades e evidências a que as nossas considerações derem aso ou deixarem transparecer.

A ESFERA DA POLÍTICA

1) Em primeiro lugar, a esfera em que os partidos se debatem e sacodem a água do capote, quando chega a hora da verdade, é a esfera da política. Essa esfera é das mais elásticas: há quem a queira restringir o mais possível, caso da extrema-direita integralista, que gostaria de a meter no bolso; há quem a veja por todo o lado, como o espírito santo, caso da extrema-esquerda politicante. Pela parte que nos toca, se tudo por acaso for político, eis uma excelente razão para que tudo o deixe de ser e possamos, enfim, fazer a Revolução Social. A política é algo logo profundamente marcado pelas suas origens não bastardas, mas ínclitas e egrégias, como se costuma dizer. Algo que, em suma, se deve agarrar pela pele do cachaço, não com as mãos, que ficariam sujas de sangue e de esterco, mas com pinças. Com boas pinças, de bom aço inoxidável, duro para quem se sente acicatado por ele, dúctil para quem o maneja.

Ah!, mas já estamos a ver a objecção. Podiam as origens da política, entendida como ciência de governar **os outros**, ter sido arrogantes e aristocráticas, mas, com o volver dos tempos, mudando-se as idades, mudando-se as vontades, o povo, o proletariado, o gatinho da vizinha podiam ter-lhe injectado sangue novo, vermelho e plebeu nas veias... Além de que não se deve julgar ninguém pelas suas origens, mas pelo que faz e pelo que efectivamente é. Fazer o filho pagar pelo crime que o pai ou o avô cometeram, isso só nos tempos da Inquisição ou, hoje, na República Popular da China, como diz Simon Leys.

De acordo, a indignação sempre nos pareceu um bom começo de tomada de consciência. Mas se a política se popularizou aparentemente, tanto pior! Se o povo, o proletariado ou os oprimidos e explorados em geral seguram na naifa, para se esventrarem a si próprios e servirem de gáudio e repasto aos necrófagos, pior ainda! O masoquismo não nos enternece nem nos faz aplaudir os carrascos de si mesmos. Até porque se podia tornar uma moda e lá ficarmos nós prejudicados, de ricochete. Quanto a julgarmos os outros pelas suas origens e não pelo

(Continua na 2.ª página)

O Governado

Oh, personalidade humana! Como é possível que durante sessenta séculos tenhas vivido miseravelmente nesta abjecção! Dizes-te santa e sagrada, e não passas da prostituta, infatigável, gratuita, dos teus lacaios, dos teus monges e dos teus soldados de velha guarda. Sabe-lo e sofres com isso! Ser governado é ser guardado à vista, inspeccionado, espiado, dirigido, legislado, regulamentado, arrumado, doutrinado, pregado, controlado, estimado, apreciado, censurado, mandado por seres que não têm o título, nem a ciência, nem a virtude.

Ser governado é ser, a cada operação, a cada transacção, a cada movimento, notado, registado, recenseado, tarifado, selado, medido, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, impedido, reformado, reeducado, corrigido. É, com o pretexto de utilidade pública, e em nome do interesse geral, ser pedido em empréstimo, exercitado, expoliado, explorado, monopolizado, abalado, pressionado, mistificado, roubado; depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, injuriado, vexado, encurralado, maltratado, batido, desarmado, garrotado, aprisionado, fusilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído e ainda por cima jogado, escarnecido, ultrajado, desonrado. Eis o governo, eis a sua justiça, eis a sua moral!

E dizer que há entre nós democratas que pretendem que o governo tem coisas boas; socialistas que apoiam, em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, esta ignomínia; proletários que se candidatam à Presidência da República! Hipocrisia!...

Pierre-Joseph Proudhon

NESTE NÚMERO:

- EDITORIAL
- OS NOVOS MISTÉRIOS DE PEQUIM
  — Entrevista com Simon Leys
- ALGUMAS VERDADES SOBRE O INDIVIDUALISMO LIBERTÁRIO
- A PROPÓSITO DOS PARTIDOS POLÍTICOS
- QUE SINDICALISMO?
- POR ESSE MUNDO FORA...
- O SERVIÇO MILITAR, UMA VIOLENTAÇÃO
- O POETA CHARLES BAUDELAIRE E A CARIDADE CRISTÃ
- 40 ANOS DEPOIS: A CNT NA ESPANHA LIBERTÁRIA
- SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO

A propósito dos partidos políticos

(Continuação da 1.ª página)

que fazem e pelo que efectivamente são, para começar diga-se que não queremos que nos julguem nem queremos ser juízes de ninguém. A beca do magistrado, que nunca envergámos, ficou no cabide dos fanáticos da lei, ou nos calabouços da P.I.D.E., ou nas masmorras da Polícia Judiciária. E acrescente-se que, à parte termos sido criados à imagem e semelhança do Criador, como rezam os livros sacrossantos, as nossas afinidades com o fulano por aí ficaram. Ora ele é que persegue o ódio que tinha a Adão e Eva, criaturas suas, nas pessoas dos descendentes dos seus descendentes até à milionésima geração...

Mas dizíamos nós que a política (do grego **polithiké**), relacionada com a polis ou cidade-Estado grega, significava o governo desta. E o governo da dita não era coisa que se fizesse assim do pé para a mão. Com a multidão de escravos e de metecos que havia nas cidades gregas, o exíguo corpo de cidadãos gregos tinha que se treinar na arte ou na ciência de mandar nos outros. Modernamente, a política não é outra coisa, apesar da linguagem entre o cretino e o cínico dos sociólogos, dos politólogos e dos políticos profissionais. Segundo Kropotkine, que citamos em substância, a política não passa de uma técnica de manipulação, na qual se especializaram todas as classes dominantes e exploradoras da história, justamente porque tinham tempo suficiente para o efeito. Foi assim que ela se foi refinando, no meio dos jesuitas e das repúblicas florentinas; pela pena de Maquiavel; no meio dos burgueses jacobinos, os quais, pela boca de Robespierre, declaravam ao povo que cercava o palácio da Convenção: «Cidadãos, o pão não é uma questão política»; enfim, no meio dos burocratas bolchevistas, os quais, pela boca de Lenine, em 1921, diziam ao anarquista espanhol Angel Pestaña que a liberdade não passava de um prurido estéril ou de um preconceito, absolutamente inútil para a construção do socialismo. Com efeito, quer seja a classe sacerdotal ou alto clero quem mande, quer seja a nobreza de espada ou togada, quer seja a burguesia (pela pessoa interposta dos seus homens de palha: os políticos profissionais), quer seja a burocracia do partido único (existente em quantidades industriais nos partidos de esquerda), o mecanismo é sempre semelhante.

A EMPRESA DE INTERESSADOS PARTIDÁRIA

2) Em segundo lugar, até um sociólogo pacato como o nacionalista alemão Max Weber dizia, na pequena obra «O cientista e o político», da qual se pode fazer uma leitura revolucionária, que qualquer partido político era apenas uma empresa de **interessados**, distribuidora de cargos e prebendas. Uma empresa que escolhia, em geral, advogados, homens de leis, para os cargos de presidente ou de secretário-geral, já que estes estão treinados a bater-se pelos seus constituintes, nos pretórios, na triste vida forense...

Era e é apenas uma empresa de interessados, porque a adesão a qualquer partido político não é, em geral, inocente como a aquisição de um bilhete para a bola. Quem se filia num partido qualquer e diz aos seus correlegionários, hierarquicamente situados em posições mais proeminentes: Disponham da minha bolsa, dos meus momentos de ócio e, eventualmente, da minha vida!; além duma abdicação tantas vezes inconsciente da sua personalidade, **também** pensa que está a exprimir e a defender os seus interesses da melhor maneira. Claro está que, armando aos puros e aos duros, não vamos aconselhar ninguém a desinteressar-se, sobretudo por si próprio. Já há suficientes empresas laicas e religiosas que aconselham a auto-mutilação neste vale de lágrimas. Nós aconselhamos e aconselharemos as pessoas reais, concretas, de carne e osso, entre outros ingredientes mais, a interessar-se vivamente por si mesmas. De resto, elas não precisam de conselhos. Porém, há interesse e interesse; há interesse demente, de vistas curtas, e há interesse lúcido, de longo alcance. Um interesse em dominar e aniquilar as vontades, em policiar os espíritos, em confiscar em proveito exclusivo o Sol, o ar, o mar e a terra que são de todos; não é evidentemente do mesmo tipo que o intersse na libertação efectiva de todos, já que não podemos ser livros num mundo de escravos assalariados e governados e que, como dizia Bakunine, é a liberdade de outrem que estende a minha ao infinito. Longe de contrariar a minha liberdade, a liberdade dos outros, em que tenho interesse, vem confirmá-la e fortalecê-la. Do mesmo modo, um interesse masoquista que alguém possa ter em ser punido, em privar-se dos prazeres e das alegrias da vida, em ser puro como mandam as igrejas e os partidos ditos revolucionários, em humilhar-se no confessionário, narrando a outrém os mil e um pecados mortais e veniais cometidos, para mais tarde fazer parte da Corte do Reino dos Céus; não é certamente do mesmo género que o interesse numa vida plenamente vivida, com os cinco sentidos de que dispomos, caso contrário estes atrofiam-se e morrem, visto que, ao menos em parte, a função faz o orgão. Ainda dentro desta ordem de ideias, o interesse que se possa ter em criar tabús, proibições, coibições, inibições, sanções; não é de certo do mesmo tipo que o interesse numa luta libertadora e desinibida contra o preconceito, a proibição e a sanção.

Qualquer partido político era e é distribuidor de cargos e prebendas, como dizia Weber, porque o acesso às instituições, possibilitado pela alternância em certos postos de poder que o jogo político faculta, faz sempre o Estado gastar boas verbas com o dinheiro dos contribuintes. O que antes do 25 de Abril se passava, e o que depois lhe sucedeu em muito maior escala, vêm confirmar esta asserção. Os grandes tubarões, mais ou menos solitários, foram substituídos pelos inúmeros cardumes de piranhas. A corrida, a caça aos tachos foi, em Portugal, algo de gigantesco, de muito semelhante ao velho «spoils system» americano, mas com muito mais possibilidades ainda. Como o país tinha atravessado quase meio século de fascismo — o que só abona a favor da combatividade do povo português —, os cargos e as prebendas que eram abocanhados antes pelos grandes esqualos, ficaram de certo modo de conserva, à espera de serem disputados pelas não menos vorazes piranhas, mas de muito menor porte. Até porque a piranhagem, como toda a gente sabe, é peixe de água doce, uma espécie de caipiragem marginalizada do simples crime fluvial. E como o sector nacionalizado, isto é, estatizado cresceu rapidamente, do mesmo modo que o número das empresas intervencionadas (porque tecnicamente falidas) foi grande, toda uma série de nomeações de burocratas e de tecnocratas ficou a cargo dos partidos que alternam no poleiro. Assim, o P. C. P. foi uma agência de emprego formidável. As súbitas e rápidas conversões ao marxismo-leninismo lembravam, ainda que em muito menor escala, a tomada do poder na actual U. R. S. S. pelo partido bolchevista. O M.D.P./C.D.E. também distribuiu um bom lote de prebendas e cargos pelos camaradas e seus protegidos que o constituem. Depois foi a vez do P.S., o qual se lançou com furor ao lauto festim, murmurando talvez como na história: — Em nome do Espírito Santo, antes que fique em branco! E eis que o C.D.S. e o P.P.D./P.S.D. também se aprestam a acometer a porta da dispensa. Oxalá ninguém fique entalado na sobredita porta, desgraça que já aconteceu a muito boa gente. A Martim Moniz, por exemplo, na celebérrima porta do Castelo de São Jorge...

Qualquer partido político entregava e entrega ainda a defesa dos seus interesses, em geral, a bons oradores, a homens de lábia, a conhecedores dos meandros da lei, etc.; porque, como se subentende ao ler Weber, toda a causa duvidosa necessita de um bom causídico. Claro que, por vezes, o mérito não é recompensado como devia, e alguns ínclitos varões ficam, aporrinhados e cabisbaixos, na sombra ou nas zonas de penumbra. Também não é menos certo que a carreira política não esteja vedada a jovens talentos que, por ventura, venham doutros quadrantes universitários. E grandes ditadores como Salazar ou Staline não eram oradores, salvaguardadas as devidas proporções. Não transformemos, portanto, em lei sociológica uma simples constatação que não pretende sê-lo, conquanto seja válida para o Portugal de hoje. Efectivamente, Mário Soares, Salgado Zenha e outros mais no P.S., Álvaro Cunhal no P.C.P., Freitas do Amaral no C.D.S., Sá Carneiro no P.P.D./P.S.D. são todos homens com formação jurídica, muito embora alguns deles não exerçam ou nunca tenham exercido a profissão por preferirem ser, segundo os ensinamentos do leninismo, «revolucionários profissionais». Até o «grande dirigente e educador do proletariado» Arnaldo Matos, também conhecido por ser mais modestamente o secretário-geral do M.R.P.P./P.C.T.P., passou pela Faculdade de Direito olissiponense, que tantos revolucionários tem dado ao país. Quando se esquece que «a revolução deve avançar a todo o vapor», troca a farpela de maquinista aprendiz da máquina da história pela mais catita toga de jurista.

TOTALITARISMO E MENTALIDADE AUTORITÁRIA

3) Em terceiro lugar, qual é o partido político, por muito liberal de espírito que se proclame, por muito democrática que seja a catadura que ponha em technicolor nos cartazes eleitorais, por muito pluralista que se afirme; que não sonhe, ao menos de tempos a tempos, em ser o único — o Partido?

Para já, a democracia é uma palavra vazia de sentido. Que nas pequenas cidades gregas das tribos e das fratrias e na Roma antiga dos comícios das cúrias ainda tenha podido ter algum sentido, admite-se. Expressava-se directamente na praça pública. As decisões não se tomavam por maioria. A maioria não esmagava as minorias. A assembleia era uma assembleia de tribos. O preço a pagar (pelos outros, é claro) era, porém, elevado: a existência de uma enorme quantidade de escravos e a atitude arrogante dos cidadãos em relação aos estrangeiros residentes, apodados de bárbaros do exterior. Mas, nos nossos dias, pretender que tal palavra ainda quer dizer algo, isso é enganar ou querer ser enganado. Até um sofista como Jean-Jacques Rousseau, esse heterodoxo da burguesia do século XVIII, o reconhecia. Opondo-se ao despotismo esclarecido e ao poder real, forjava uma espécie de contra-poder, dizia que o povo é que era o único soberano e enunciava o conceito de soberania popular. Ia mesmo até ao ponto de dizer que a soberania popular em questão não podia ser delegada e insurgia-se contra toda a delegação de poderes. Sem embargo, fazia-o com a seguinte reserva mental: se o povo é que era o único soberano, não podia contudo ser ele, directamente, a ocupar-se em pessoa e sem mediadores de espécie alguma do livre exercício de tal soberania; porque, se semelhante sistema pôde funcionar nas pequenas cidades gregas, hoje já isso seria impossível. Ante uma impossibilidade tão providencial, Rousseau concluía que tinhamos que nos resignar aos representantes. E quem diz representantes de um povo que deixa de ser soberano, pelo simples facto da representação, diz democracia indirecta ou representativa: a actual. Na realidade, Rousseau tentava enxertar na soberania popular algo que se lhe opunha desde sempre — o Parlamento ou assembleia medieval de barões e notáveis, no qual tinham entrado pouco a pouco e por cooptação os burgueses do outro lado da Mancha. Para além da impossibilidade de poder-

(Continua na 3.ª página)

Toda a correspondência para «O MERIDIONAL» deverá ser dirigida ao Apartado 5 — FARO

Composição e Impressão:
Tip. União — Rua do Município — Tel. 22319 — FARO

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª página)

com a sua interiorização forçada de valores e princípios dominantes, com a sua socialização *da criança, que é desde logo esquartejada entre a família e o mestre, constitui mais um alicerce do edifício societário e estatal. O seu lema podia ser: «Viva a morte, morra a inteligência e a imaginação!». A* caserna *constitui, enfim, mais um ingrediente que cimenta a desumana construção, com a qual a sociedade autoritária e capitalista tanto se envaidece. Em geral, vem depois da escola e antes do casamento. É o local onde o «gado patriótico», segundo a saborosa expressão de Albert Libertad, apanha com o Regulamento de disciplina militar pelos queixos, para sair transformado no «gado eleitoral».*

Depois há a destacar as autarquias locais, as instituições e as empresas que, a um nível administrativo concelhio ou distrital, a um nível judicial e penitenciário comarcal, a um nível económico sucursal, consubstanciam a morte dos municípios livres, do espírito associativo, bem como o funeral de primeira classe da fisionomia específica de cada região e das suas potencialidades. Verdadeiras antíteses das associações de indivíduos desalienados, são: as Juntas de freguesia, as Câmaras municipais, as Juntas de província (hoje denominadas Assembleias distritais), os governos civis, as Cadeias comarcãs, os Tribunais de primeira instância, os Gabinetes de Planeamento regional, as seitas de urbanistas, a tecnocracia das empresas estatizadas, etc.; quer os seus responsáveis sejam eleitos pelo sufrágio dos cidadãos ou nomeados pelo poder central, quer dependam ou não dos ministérios da Administração Interna, da Justiça ou dos ministérios económicos. E consubstanciam essa morte porque, orgãos de um poder local (num sentido lato e não da maneira púdica e estreita como a Constituição e a prática administrativa o definem), subordinado a um poder nacional e a uma ordem autoritária e capitalista internacional, são, para nós, muito simplesmente orgãos de poder, *exemplos vivos da dominação do homem pelo homem ou, se se preferir, do governo do homem pelo homem. Ora o poder, seja a que escalão for, nunca ninguém o conquistou. Ele é que conquistou todos os seus conquistadores. A oposição entre governantes e governados é fundamental, como muito bem observava Proudhon, opondo-se para o efeito a todos os socialistas e comunistas autoritários do seu tempo: Auguste Blanqui, Louis Blanc, Cabet, Karl Marx e tutti quanti. Condensa em si a oposição irredutível que separa quem trabalha (o governado) de quem manda trabalhar os outros e elabora as leis (o governante). Traduz a prepotência legal de alguns e a submissão de todos, porque há regras de jogo a respeitar tanto pelos governantes como pelos governados, em todos os terrenos: político, económico, social, cultural. De modo algum é um conflito meramente superestrutural, tal como o pretendem os socialistas pretensamente científicos, os quais, reformistas até à medula dos ossos, querem apenas fazer a máquina mudar de mão e nem sonham sequer em metê-la a pique. É o que se chama tirar do sal para pôr na salmoura: o proletariado ou lá como lhe chamam de modo eufemístico, para camuflarem o novo despotismo dos novos chefes e dos arrivistas, ao exercer a sua ditadura, deixaria de ser proletariado, para que outros o fossem no seu lugar — aqueles a quem mandasse trabalhar, com o chicote dos «comissários do povo». Até um aristocrata como o duque de Saint-Simon era mais revolucionário que tão sinistros reformistas. Ao menos tinha a honestidade de dizer que a Revolução social — e não a mascarada politiqueira—nos devia levar do governo dos homens à simples administração das coisas. Isto é, a função governativa ou de administração dos homens cederia necessariamente o lugar a algo de qualitativamente diferente: a administração das coisas bem reificadas, para que todos nós nos pudessemos afirmar como homens autênticos. Administração essa a ser exercida directamente, e sem fenómnos de representação ou governativos, acrescentamos nós, por todos os indivíduos que assim o entendam, associados localmente, depois regionalmente, depois inter-regionalmente, depois mundialmente, segundo laços federativos de vizinhança, de afinidade ou outros quaisquer.*

(Continua na 3.ª página)

A propósito dos partidos políticos

(Continuação da 2.ª página)

mos conciliar dois conceitos tão distintos como sejam a soberania popular e a representação, poderíamos acrescentar: como é possível, a um nível nacional, os cerca de 250 deputados que lá estão, eleitos todos os quatro anos, na Assembleia da República, terem a pretensão de representar os milhares ou milhões de opiniões e interesses vários que existem, evidentemente, a um nível individual, comunal e regional? Como é possível alguém pretender encarnar uma inexistente vontade colectiva nacional e cobrir-se, sem vergonha, com o manto da legitimidade popular? Digamos então, aos grandes democratas actuais que nos gerem, que também os fascistas, os 130 deputados da antiga Assembleia Nacional eram democratas. Um pouco mais indirectos ainda que os actuais, é certo, mas, de qualquer forma, democratas: democratas orgânicos. Como são democratas os representantes, em Portugal, dos países ditos socialistas: democratas populares. E de nós todos eles estão equidistantes, de nós que nos proclamamos muito simplesmente **acratas**, o que é de certo altamente anti-democrático.

Quanto ao pluralismo reivindicado pelos que não querem o sistema do partido único, digamos desde já que é um pluralismo da mesma coisa. Por outras palavras, é um pluralismo tolerado entre partidos apenas quantitativamente diferentes. Pluralismo que, de modo algum, é incompatível com uma dominação cada vez mais totalitária e com um controle cada vez mais completo dos indivíduos, efectuado, por exemplo, por computadores e outros meios que a ciência põe ao serviço da polícia. Os recentes assassinatos, efectuados nos calabouços pelas forças pretorianas, de presos ligados ao grupo Baader-Meinhof, na República federal alemã; as prisões de várias dezenas de anarquistas gregos e o encerramento, em Atenas, de várias editoras a eles ligadas, mostram-nos até onde pode ir a democracia e o pluralismo. Como a extradição expeditiva de Klaus Croissant, advogado alemão do supracitado grupo, efectuada pelo Estado francês, ante o silêncio cúmplice e as pálidas reacções tardias de Georges Marchais e de François Mitterand. Consta mesmo que Giscard d'Estaing encararia muito seriamente o alargamento oficial do Mercado comum à colaboração, por ora oficiosa, das diferentes polícias europeias.

A tendência que os partidos têm em sonhar que são o Partido, apesar de exibirem um liberalismo de fachada, publicitário, revela-se de igual modo na total ausência de abertura de espírito que caracteriza os seus membros, simpatizantes ou dirigentes. Sobre este ponto, é inútil buscarmos bodes expiatórios ou dizermos que a antiga União Nacional, o C.D.S. ou o P.P.D./P.S.D. são o mal. Não!, o mesmo espírito sectário, o mesmo fanatismo, a mesma mentalidade autoritária, a mesma estrutura psíquica ou libidinal, a mesma falta de imaginação, o mesmo ar categórico mal se sabe soletrar as primeiras linhas de um livro, são encontradiços tanto nos partidos de direita como de esquerda. Haja, por exemplo, uma pálida cisão onde houver e, automaticamente, os camaradas da véspera são os vendidos ou os vendilhões (ou pior ainda); todos esses cavalheiros perdem o verniz das boas maneiras, quer estejam num «partido de massas», quer estejam num «partido de quadros», segundo a consagrada expressão do politólogo Maurice Duverger. Ao ponto de dizermos que a direita e a esquerda são directamente proporcionais. Estão permanentemente a definir-se uma em relação à outra, a influenciar-se mutuamente.

A GRANDE MENTIRA DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

4) Apresentando o último ponto que, por hoje, queríamos focar, lamentamos dizer que não temos a candura das pessoas que acreditam num partido qualitativamente diferente dos outros. Um partido que fosse, para culminar, o partido revolucionário, o partido dos trabalhadores. Um partido que se pudesse sintetizar na beleza singela de mais esta sigla: P.V.C., o que quer dizer, por extenso, Partido Verdadeiramente Comunista.

Essas pessoas que, ao que parece, são assaz numerosas em Portugal, agrupam-se, por ora, atrás de outras siglas, sem dúvida prometedoras, mas que estão muito longe de atingir o ideal vislumbrado. São elas, como é do conhecimento público, o P.C.P., o lastro que ele foi largando ao longo dos anos, ao sabor das cisões e das exclusões, mais os grupos e grupelhos que, nas academias portuguesas, se foram formando, cindindo, depois reagrupando, ao sabor da maré de um «processo dialéctico» interminável, o qual ainda não encontrou um poetastro à altura que o cantasse. De qualquer forma, estamos bem servidos, para já. Há um Partido Comunista Português Reconstruído, há um Partido Comunista de Portugal, há um Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses, há uma Liga Comunista Internacionalista... e o fôlego para continuar falta-nos. Claro que todos eles, aliás como o Partido Comunista Português a quem todos os outros acusam em coro de «revisionismo», estão grávidos da verdade e possuem em exclusivo o método científico. Todos se intitulam marxistas-leninistas e todos optaram pelas fórmulas mágicas do «centralismo democrático», da «disciplina de ferro», da «linha justa». O que quer dizer, para os não iniciados, que, para se subir na hierarquia interna, é preciso seguir todo um **cursus honorum**, em que a dedicação, o espírito de sacrifício, a firmeza teórico-teológica, a verborreia neo-escolástica, o sentido da responsabilidade, o sentido organizativo, a capacidade de dar rasteiras tácticas, a capacidade de fazer passar os superiores interesses do Partido antes de tudo, entre outras virtudes teologais do camarada candidato, são duramente postos **à prova por outros** camaradas menos interessados nas subidas vertiginosas. É o que Lenine chamava, na sua cartilha sobre organização intitulada «Que fazer?», «a confiança fraternal entre revolucionários profissionais». Mas as subidas vertiginosas são raras. Para se sair do inglório mundo celular, em que cada responsável de célula é um autêntico carcereiro, e se passar a suplente de qualquer coisa, é o cabo dos trabalhos. Até mesmo para se ser delegado a um Congresso, onde de resto tudo já está cozinhado. E depois há ainda os comités regionais, antes de se chegar ao comité central, o qual é o único que pode catapultar para o «bureau» político e para o secretariado geral. Para cúmulo, na base desta aguçada pirâmide, a cooptação é de regra. É por isso que, por vezes, já os primeiros cabelos brancos crescem e ainda não se passou de soldado raso. Não admira. Os gerontocratas, que estão no secretariado geral e no «bureau» político durante décadas, dão o exemplo. Têm os seus protegidos e familiares e não sabem recompensar a tempo o verdadeiro talento e a verdadeira «consciência de classe». Só se pode penetrar na caverna de Ali-Bábá muitas vezes por cima do cadáver dos responsáveis «históricos».

Ante tal esquema elucidativo, há logo perguntas que nos acodem ao bestunto. A sociedade em que vivemos é rigidamente hierarquizada, centralizada, disciplinada, policiada, não é verdade? Um partido qualquer, por muito comunista e revolucionário que se proclame, que ao fim e ao cabo esteja a reproduzir todos esses atributos no seu seio, está ou não a reproduzir a sociedade a combater e a destruir? Para além disso, a escolha dos meios a adequar aos fins será indiferente como diziam Hitler e Lenine ou então, pelo contrário, terá que haver ou não uma concordância entre os meios e os fins, estando estes últimos já presentes nos meios a utilizar? Quando Albert Camus, baseando-se nestes e noutros argumentos, fazia estoirar como um balão cheio de ar a pretensa e maquiavélica eficácia do Partido Comunista Francês, tinha ou não razão? Se se quer a tão famosa sociedade sem classes, lograr-se-á obtê-la através de meios que provocarão fatalmente a redivisão da sociedade em classes? Estarão, hoje, os países ditos socialistas cada vez mais próximos ou cada vez mais afastados do «depecimento gradual do Estado» profetizado por Marx, Engels, Lenine e tantos mais?

Mas como a lógica mais elementar talvez não chegue, talvez não seja despiciendo reavivar a memória de quantos sonham com um passado paranoicamente idealizado, o qual querem repetir mecanicamente, fora do espaço e do tempo. O Partido de Lenine, de Trotsky, de Staline, no qual todas as forças politicantes em questão vão beber, não passa, nunca passou de um banal partido social-democrata. O seu grande inspirador foi a centralizada e massificada social-democracia alemã, cujas taras o partido bolchevista ainda acentuaria mais. Kautsky, o testamenteiro do velho Engels, que depois seria apodado de «renegado», foi o grande mestre de Lenine. O partido bolchevista, nascido em 1903, em Londres, de uma cisão da social-democracia russa, queria apenas dizer etimologicamente: Partido da Maioria (social-democrata). Uma vez no poleiro, porém, o ditador Lenine achou por bem chamar-lhe partido comunista. Operou a transformação meramente nominal, por decreto, já depois de 1917. Com semelhante manobra estava criado um equívoco que iria perdurar e enganar muitíssima gente: — Você é comunista? Então vá para o partido do mesmo nome! E, com o registo da patente, estava forjada a baixa manobra, o golpe rasteirinho hoje a cada momento posto em prática: — Quem for contra o ou os partidos autodenominados comunistas, está a fazer o quê? Anti-comunismo, evidentemente!

No próximo número de «O Meridional», tentaremos continuar a reavivar a quase inexistente **memória histórica** das pessoas. As manipulações das pessoas que não perderam a memória, que não esqueceram, são menos fáceis. E depois, como dizia George Orwell, há tanta versão falsa, tanta versão oficial, sobre os acontecimentos mais anódinos, que, no seu entender, em breve seria impossível apurar a verdade sobre o que quer que fosse. Com efeito, nunca aquilo a que se chama a humanidade caiu tão baixo, em tal grau de abjecção...

JÚLIO FILIPE

EDITORIAL

(Continuação da 2.ª página)

Dentro desta óptica, «O Meridional» apenas pode prometer o que pode dar aos eventuais leitores: uma voz altivamente refractária aos arregimentamentos e massificações; um brado liberto da coleira de partidos políticos, de igrejinhas sagradas ou profanas, de interesses económicos inconfessáveis e de grupos de pressão; um berro, em resumo, insensível aos toques de cotovelo ou de calcanhar das grandes coligações internacionais, quer elas estejam ligadas ao capitalismo clássico, eivado de pudores liberais, mas com intervenção estatal cada vez mais forte, quer elas sejam apêndices do capitalismo burocrático de Estado ou, mais correctamente falando, do Estado-patrão, como acontece nos países ditos socialistas. Como acima ficou dito, «O Meridional» não pode ser um orgão regional de uma região inexistente, ou que existe apenas na vontade e na ideia de alguns algarvios mais independentes de espírito. A menos que, como os paladinos da submissão existentes, como os pasquins não regionais, mas sim regionalistas, *preferisse consagrar-se às efemérides picarescas: a Dona Fúfia que fez anos, as amendoeiras que estão em flor, os empreiteiros que continuam a «embelezar» a região, o deputado Pacheco que fez um brilharete em Lisboa, o turismo que vai transformando o pessoal em paisagem ou o conselheiro Acácio que comprou um automóvel.*

«O Meridional» nasceu da vontade e da conjugação de esforços de um punhado de indivíduos e só as opiniões deles, por vezes unânimes, por vezes muito pessoais, representa. Da mesma maneira que não concede a ninguém o direito de o representar, também não pretende representar nem os interesses de uma classe, nem as massas exploradas, nem sequer ser amigo do povo trabalhador. As razões são óbvias. Ou são os próprios interessados que se auto-organizam na base da igualdade e da afinidade, isto é, sem centralismos nem hierarquias, ou então, se querem passar procuração aos seus defensores oficiais e oficiosos, fiquem desde já a saber que, mais cedo ou mais tarde, terão que recomeçar como Sisifo. Além de que, pouco dados ao populismo ou ao obreirismo, os redactores do presente jornal, entre os quais se contam operários, sabem perfeitamente a que ponto têm sido esquemáticas as tentativas de definição de uma classe social, quer os critérios utilizados tenham sido económicos, jurídicos, políticos ou sociológicos. Marx, por exemplo, fala-nos de duas classes, no famoso «Manifesto do Partido Comunista», que foi pilhar a Victor Considérant, discípulo de Fourier e tudo o que há de mais reformista. Quando analisa o caso mais concreto das «Lutas de classes em França», já é obrigado a mencionar a existência de 5 ou 6 classes. Quando tenta estudar a Comuna de Paris, em «A guerra civil em França», tenta meter lá dentro, à martelada, a noção abstracta do tal mítico Proletariado com P maiúsculo. Enfim, quando se zanga com os que não se submetem ao seu diktat, *chama-lhes, de modo escarninho, «pequeno-burgueses». Pequeno-burgueses, talvez, como boa parte daqueles que fizeram a supracitada Comuna... Admirável clareza! Nós estamos fartos de saber, porém, que a tão falada* classe operária, *para começar, está longe de ser homogénea e de ter os mesmos interesses em toda a sua hipotética extensão. É só interrogarmos um operário de uma fabriqueta do Norte de Portugal e, a seguir, um «camarada» seu de Lisboa, de uma qualquer grande empresa intervencionada ou estatizada. E sobre a grandeza moral do Proletariado abstracto, pelos vistos mais excelsa que a da burguesia reinante, é só interrogarmos os que fabricam engenhos mortíferos na fábrica de armamento do Braço de Prata ou os que, ao trabalharem no complexo siderúrgico de Sines, vão contribuir para a poluição das águas e para a ruína dos «camaradas» pescadores. Quanto às massas e outras argamassas — termo que os políticos profissionais atiram à cara das bases (do seu poderio), as quais nem sequer têm o direito de ser constituídas por indivíduos fisicamente distintos —, parece-nos tão degradante como termo, que não sabemos quem ele mais humilha: se quem o emprega para designar os outros, se quem o aceita, aplaudindo de maneira algo suicida. De qualquer forma, os nossos critérios nunca serão quantitativos. Pouco nos interessa termos connosco três ou quatro gatos ou 1, 2, 3 ou 9 milhões de portugueses! Que os indivíduos, dignos desse nome, sejam nossos associados para os cometimentos comuns; que as massas, amassadas como quiserem, sigam os seus pastores! Os itinerários, riscos e sentido das responsabilidades são diferentes. Assumimos os nossos e, como dizíamos, não contém com a nossa amizade pelo povo trabalhador. O povo já tem demasiados amigos, demasiados filantropos que condescendem, como bons cristãos, a passar-lhe a mão pelo pêlo. É por isso que não cresce, que fica eternamente menino, sempre à espera que lhe cantem loas para embalar. Pela parte que nos cabe, somos uma nota discordante na sinfonia que a direita e a esquerda tocam, cada qual à sua maneira e por vezes em conjunto. Estamos inteiramente de acordo com Georges Darien, quando afirma: «Compreendo que se seja amigo de um pobre animal, de um cavalo ou de um burro condenado aos mais duros labores, e sem defesa, e mudo. Não compreendo que se possa ser, na nossa época, amigo do Povo.»*

E é essa nota discordante que vos traremos todos os meses, já que os nossos meios não nos permitem, por ora, uma maior assiduidade.

JÚLIO FILIPE

Que Sindicalismo?

Falar em anarco-sindicalismo poderia parecer obra de mais uns tantos esquerdistas, loucos fanáticos de ideias acabadas, prosélitos de doutrinas por sinal até ultrapassadas, saudosistas da «reprise individuelle», teóricos da desorganização, profanadores de sepulturas de cadáveres que a história se tinha já encarregado de enterrar bem enterrados. Obra de uns tantos irrealistas, — uns melhor, outros pior intencionados, — que viriam lançar uma confusão ainda mais completa nas hostes proletárias meticulosamente arregimentadas pelos sindicatos estatais e partidários ou, então, explorar o desespero ou o pretensiosismo cegos de uns tantos, — sempre minorias! — que não viam já outro recurso senão a famigerada ACÇÃO DIRECTA como processo de luta!

O anarco-sindicalismo — corrente do movimento operário que teve a sua época histórica, o seu período áureo em princípios do século mas que, hoje, a prática do movimento operário e a evolução do capitalismo relegaram para a prateleira da História — assim falam agora os eruditos e estudiosos encartados da «coisa proletária», obrigados a reconhecer a existência daquilo que as histórias oficiais dos movimentos operários tinham, até há pouco, esquecido como irrelevante neste cantinho da Europa, ocupado por um «povo de brandos costumes» e «à beira-mar prantado».

E, no entanto, a evolução dos acontecimentos parece vir estranhamente desmentir tão auto-suficientes opiniões. Depois do falhanço generalizado e os efeitos negativos das políticas partidárias, muitos são os trabalhadores e os indivíduos, em geral, que se interessam com uma curiosidade manifesta pelas ideias e a prática anarquista e pelo anarco-sindicalismo em particular. Certas verdades «esquecidas» vêm ao de cima novamente, — não por obra e Graça do Espírito Santo mas devido ao trabalho aturado de uns tantos e de milhentas circunstâncias que, com o tempo, se precisarão.

Antes de mais, torna-se necessário remover certas ideias preconcebidas. E, ao mesmo tempo, ir precisando as ideias positivas, concretas, as possíveis soluções e sobretudo, os **objectivos** que o anarquismo tem preconizado e tem realizado no campo sindical. Roma e Pavia não se fizeram num dia! Vamos por partes, mas sem deixarmos para um hipotético e incerto futuro aquilo que depende unicamente da nossa **vontade** fazer-se desde já!

Primeiro que tudo diga-se já, à partida, que associar ao anarco-sindicalismo a ideia de desorganização e de falta de método, a de culto da violência cega, a de acicate dum ódio de classe sem peias, releva de mentes que, devido às **suas próprias limitações,** não concebem a **organização** e o **método** senão através de uma disciplina imposta.

Ora a realidade é que não é a ausência de organização (muito pelo contrário!), e muito menos a disciplina imposta, centralista, o que o anarco - sindicalismo preconiza.

Vejamos o assunto na sua generalidade.

A nosso ver, o problema de existir ou não uma lógica implacável do capitalismo no sentido de uma crescente centralização dos poderes de decisão em meia-dúzia de mãos — que, elas próprias, são já incapazes de verem para além das pontas dos próprios dedos — não pode centrar uma polémica acerca do sindicalismo unicamente nos meios e processos organizativos que garantam uma eficácia destinado à mera obtenção de regalias económicas. Se a discussão se centra exclusivamente nisso, chegaremos provavelmente à conclusão que uma organização de tipo empresarial, centralizada, com gestores (nesse caso chamados «gestores sindicalistas») é a mais eficaz. De resto, adaptando-se à evolução do mundo moderno, tem sido essa a tendência da generalidade das organizações sindicais, social-democratas e estalinistas. O espírito que as anima é, quer um espírito contabilístico, virado para a retribuição o mais rigorosa possível dum trabalho hierarquicamente classificado em categorias, segundo as leis do salariato (doutores, técnicos, gestores, especializados, desqualificados, etc.) (1); quer o da submissão das suas directrizes às flutuações que sofrem as tácticas dos partidos a que estão ligados os dirigentes sindicais. Internamente, os sindicatos funcionam com base na manutenção dum espírito corporativista e mesquinho — que separa as condições de trabalho particulares a este ou àquele grupo profissional da totalidade das condições de vida; e funcionam com base num espírito de passividade, submissão e autoritarismo que o **centralismo** organizativo (que é apresentado como indispensável para um funcionamento **eficaz)** segrega e alimenta.

SINDICATOS ACTUAIS, INSTRUMENTOS DE EMANCIPAÇÃO?

Onde é que, hoje em dia, os sindicatos cumprem uma função de meios de auto-organização dos trabalhadores, escolas de convivência social e apoio mútuo, alavanca para o desabrochar em força das **capacidades criativas** dos indivíduos ligados ao mundo do trabalho e, sobretudo, de escolas de luta pela transformação drástica das condições em que é exercida a actividade quotidiana dos trabalhadores? Não no sentido de possibilitar a compra de mais um frigorífico, um automóvel ou umas calças do último modelo — estandardizado — (e supondo que a economia do lucro permitiria tal abundância generalizada!); mas sim no sentido de uma alteração total do sistema de vida de cada um, por cada um, e portanto, também da organização do trabalho de cada um.

O mundo capitalista, se generalizou certos consumos, não deixou por isso de manter e agravar as desigualdades sociais; não falamos apenas nas diferenças entre os cacaus de que cada um pode dispôr, mas também de oportunidades de lazeres, de prazeres, de disponibilidades intelectuais e, sobretudo, de **poder,** no sentido de influência, prestígio, consideração, possibilidade de exercer o **mando.**

É darmos uma olhadela, uma simples olhadela com olhos de ver para o interior dos Estados Unidos, duma França democrática, duma Polónia socialista, duma China popular ou duma Argélia anti-imperialista e fazermos as contas! Basta fazê-las aos dinheirinhos recebidos ao fim do mês, sem irmos aos apartamentos, automóveis, e outras regalias de que usufruem os burocratas e os patrões e a outros investimentos que representa a simples ascensão na hierarquia social. Para não falarmos já na desigualdade entre «países ricos» e «países pobres» que o desenvolvimento das trocas comerciais e investimentos, no quadro do capitalismo, têm agravado cada vez mais.

Igualdade económica na «sociedade de consumo»?!

Mas, por outro lado, de que servirão trinta contitos por mês (ordenado que, em Portugal, só administradores, ministros, deputados ou comerciantes com transacções especiais tocam) se a contrapartida disso é um trabalho estupidificante, especializadíssimo, que em vez de o aproximar dos outros indivíduos ,isola cada vez mais metodicamente, na generalidade dos casos, aquele que se dispõe a dedicar o seu melhor a actividades idiotas e sem sentido? Que ninguém venha procurar impingir-nos que o sistema das «democracias ocidentais» assegura a individualidade e possibilita a afirmação pessoal de cada um. Acerca da despersonalização que a política, a publicidade, o consumo e o estilo de vida estandardizados inculcam na mente e nos gestos de cada um, muito se tem falado. Voltaremos a isso.

Mas ninguém venha, também, procurar convencer-nos que os países «socialistas», a Rússia, a Polónia, a China, a Argélia, Angola, etc., são «pátrias dos trabalhadores». De resto, certos destes mitos são os próprios governantes ocidentais que se encarregam de os promover de acordo com as suas conveniências de estratégia política — é o caso, por exemplo, da promoção que Nixon fez da China socialista.

Acerca da liberdade individual nesses países, não vale a pena insistir. Por muito duro que isso possa parecer a ouvidos mais sensíveis, «cretinização colectiva» é a única expressão aplicável às campanhas de propaganda que, por exemplo, o Partido comunista chinês sistematicamente leva a cabo. E a repressão que os dirigentes bolcheviques do tempo de **Lenine** e de Estaline fizeram sobre os operários e os camponeses (e não sobre os capitalistas, como se argumenta, porque estes, a partir de certa altura, praticamente não existiam como classe) conta as suas vítimas por milhões. **Milhões!** (2). As «mobilizações populares» na China, para vitoriar o Grande Timoneiro ou dar as boas vindas ao «grande amigo Nixon» só têm paralelo nas manifestações que as massas (3) fascistas italianas ou nazis alemãs realizavam, em formação regimental, para vitoriarem os seus chefes ou ganharem ânimo para a «luta até à vitória final» contra os espantalhos erguidos em inimigo público. Fanatismos primários, primariamente arregimentados, com manifestações exteriores que a própria religião tradicional não apresenta já, neste ocidente cristão devassado por uma onda de rasteiro materialismo oportunista...

Aqui, no ocidente evoluído, a estupidificação faz-se mais subtilmente e o esmagamento do indivíduo, antes de ser completado através da repressão metódica e electronicamente organizada (v. os exemplos dados pela democrática Alemanha Federal), é feito pelo seu condicionamento total, por meio desta invasão intersticial de modas, estilos, consumos, estandardização de prazeres medíocres mediocremente gozados, reeducações psiquiátricas para toda a espécie de doenças mentais que o próprio estilo de vida provoca — em suma, pela criação de **impotentes** (física e intelectualmente). No «mundo livre» a individualidade não deixa de ser letra morta.

Pois bem. Será para alcançarem os lugares cimeiros dum destes promissores paraísos que os nossos dirigentes e técnicos sindicais pretendem arrebanhar os trabalhadores?

Não façamos processos de intenções, sempre falíveis, menos próprios de gente de espírito aberto, e inconvenientes... Olhemos antes para as comezinhas realidades.

O MINIMALISMO DOS «NOSSOS» SINDICALISTAS

Deixemos de lado, para já, as auto-constituídas **«centrais** sindicais», centralizadas e sem pretensões a descentralizações de qualquer espécie (como, de resto, o próprio nome o indica). Para começar, refiramos apenas ao de leve, (para não nos imiscuirmos demasiado no curso de tão puras e elevadas aspirações), refiramos apenas as verdadeiras intriguices e comadrices movidas à volta da conquista de pequenos postos na **hierarquia** sindical, por causa da **promoção** social que isso podia representar (ordenados pagos sem trabalhar, contactos, influências, viagens, chefias, «mandar nos outros» e poleiro para melhores e mais bem remunerados empregos). Em suma, uma espécie de estágio numa empresa de «public relations».

Ora, se a movimentação de tais sentimentos, e a sua vinda ao de cima entre os trabalhadores (à primeira vista, os menos interessados na criação de um tal estado de coi-

(Continua na 7.ª página)

Princípios do Sindicalismo Revolucionário

1. **São as organizações económicas do proletariado, e não os partidos políticos, que podem alcançar o objectivo da «reorganização da vida social com base no comunismo livre, por meio da acção revolucionária da própria classe operária».**
2. **Em oposição à chamada «ditadura do proletariado», os trabalhadores organizados em comunas livres procurarão conseguir a abolição de todo o monopólio económico e de toda a função estatal.**
3. **O sindicalismo revolucionário combina a luta diária pela melhoria da situação económica, social e intelectual da classe operária, com a acção comum de trabalhadores manuais e intelectuais para a autogestão do sistema económico e social.**
4. **O sindicalismo revolucionário opõe-se ao centralismo e baseia-se no federalismo, na organização livre, de baixo para cima, constituída na base das ideias e dos interesses comuns.**
5. **Repudia-se toda a actividade parlamentar, toda a delegação popular em poderes legislativos que não fazem senão ocultar as contradições sociais do capitalismo.**
6. **O sindicalismo revolucionário é internacionalista, recusa as fronteiras políticas e nacionais, arbitrárias, e reconhece apenas a autodeterminação e a federação livre das regiões.**
7. **Combate-se o militarismo, sob todas as suas formas, e especialmente o fabrico de material de guerra.**
8. **Os meios de luta de acção directa têm a «sua expressão mais profunda na greve geral que deve ser, ao mesmo tempo, o prelúdio da revolução social».**
9. **Recusa-se a violência do poder, mas com base na experiência revolucionária, prepara-se para a defesa — violenta, se necessário — da revolução: defesa que deve estar nas mãos das próprias organizações operárias e não de instituições específicas à margem do sindicalismo.**
10. **O sindicalismo revolucionário da classe operária é a única força social capaz de conseguir a autoemancipação dos trabalhadores contra o Capital e o Estado.**

(Princípios da A. I. T. na sua declaração de 1923, em Berlim, de acordo com o resumo elaborado na «Informação sobre a AIT», do comité nacional da CNT, Outubro de 1976).

Situação actual dos ex-desertores, ex-refractários e ex-compelidos do exército colonial português

Entre 150.000 a 170.000 jovens portugueses recusaram-se a participar na guerra colonial entre 1961 e 1974. Segundo um relatório mantido secreto, em 80.000 incorporados, 14.000 fogem. O povo português demonstra assim com força o seu anti-militarismo e a recusa da guerra. Esta tendência é mais significativa no campo que nas cidades, portanto, nos meios mais pobres do país.

A justeza destas posições foi imediatamente reconhecida logo após o 25 de Abril de 1974 pela amnistia do decreto 180/74 de 2 de Maio. Salientamos o paralelo entre a recusa da guerra e a «recusa» dos militares do 25 de Abril em a continuar.

O decreto-lei 656/75 de 21 de Novembro fez letra morta desse paralelo, impondo aos ex-desertores, refractários e compelidos uma pesada taxa-multa, a pagar durante 25 anos à razão de 2.400 escudos ou 1.620 escudos, segundo os casos. À pressa criaram-se diversos colectivos e Frentes de luta em diversos países da Europa. Unanimidade fez-se para condenar o decreto, ou qualquer pagamento em dinheiro, o que representaria para os ex-desertores, ex-refractários e ex-compelidos, o reconhecimento de culpa.

A atitude dos ex-desertores, ex-refractários e ex-compelidos foi justa!

Este decreto era de tal maneira escandaloso e inaceitável que o conselho da «revolução», em resposta ao amplo movimento de repúdio, publicou o decreto-lei 504/76 de 1 de Julho. Anteriormente, alguns ex-desertores, ex-refractários e ex-compelidos do grupo Codere-Paris, desfilaram na manifestação do 1.º de Maio, arvorando um cartaz, onde se lia em francês: O 25 DE ABRIL NADA MUDOU PARA NÓS — DESERTORES, REFRACTÁRIOS E COMPELIDOS PORTUGUESES.

Através deste novo decreto, o conselho da «revolução» reafirmou plenamente os princípios que presidiram à elaboração do anterior. Só que a taxa-multa tinha passado para 600 escudos anuais. Efectivamente este decreto identificou o movimento de protesto com uma simples reivindicação de carácter económico e esquece a natureza unicamente social da luta dos ex-desertores, ex-refractários e ex-compelidos que se recusam a qualquer pagamento.

Tendo o prazo deste último decreto terminado a 31 de Março de 1977, muitos ex-desertores, refractários e compelidos cederam perante a chantagem que constituia a «opção» entre serem de novo exilados ou pagarem, reconhecendo o «crime». Ou simplesmente porque estão habituados a obedecer, resignados! Outros, que não são a maioria, continuaram a recusar. O eficientíssimo limpa-misérias que foi o 25 de Abril, pouco lhes diz respeito, certos como estão que as suas misérias eram outras.

Estes últimos não poderão livremente regressar ao país, encontrando-se, portanto, «desportugalizados». A amnistia tão esperada não chegou!

Dividir para reinar, é o lema. Todos os governos o utilizam. Desde a Grécia antiga à Grécia moderna, passando pelo pequenino Portugal.

Sucessivamente, uma chuva de decretos e despachos normativos foram saindo das furnas do conselho da «revolução», todos num espírito evidente de minimizar o problema e conter a contestação.

Entre os mais importantes desses decretos e despachos, salientamos o D. L. n.º 78/77 de 2 de Março de 1977, respeitante a indivíduos em situação irregular de menor gravidade (faltosos, compelidos e refractários), decreto que veio dar seguimente às diversas disposições dos D. L. 758/76 de 22 de Outubro e D. L. 825/76 de 16 de Novembro. O decreto acrescenta que «muitos cidadãos incorreram em tais situações por motivos que não são totalmente imputáveis à sua vontade». O despacho normativo deste decreto, n.º 132/77 de 10 de Maio de 1977, ilude estas bonitas palavras, mas permite a alguns regularizarem a sua situação até 30 de Setembro de 1977, mediante um pagamento anual de 60 escudos. Este despacho é assinado pelo ex-chefe do estado maior do exército, Sr. Vasco Rocha Vieira, general.

Com um zero a menos o país vai sendo arregimentado. De redução em redução as autoridades político-militares vão persistindo na mesma deliberada obsessão, que reduz a acção dos ex-desertores, refractários e compelidos a uma simples polémica de carácter económico. Para muitos, ainda conscientes, a questão nunca foi assim tratada.

A 28 de Agosto do mesmo ano, o despacho normativo n.º 173/77, vem regularizar seguindo diferentes dispositivos a situação dos ex-desertores praças, já abrangidos pela amnistia do D. L. n.º 825/76 de 16 de Novembro, já citado. O despacho considera a deserção dos praças como de pouca gravidade.

Os ex-desertores oficiais e sargentos, cuja situação é considerada pelas autoridades de muito mais grave, ficam unicamente abrangidos pelo D. L. 504/76 de 1 de Julho de 1976, cuja validade caducou a 31 de Março de 1977.

Este assunto sendo muito exaustivo, num espírito de clarificação, damos a seguir um resumo das diversas situações:

— REFRACTÁRIOS E COMPELIDOS: puderam regularizar a sua situação militar entre 10 de Maio e 30 de Setembro de 1977 (despacho 132/77), pagando a taxa militar de 60 escudos. Muitos que não tiveram conhecimento do despacho não o puderam fazer, o prazo de regularização sendo demasiado curto. Aqueles que pediram regularização ao abrigo do D. L 504/76, portanto antes da publicação do despacho, continuam a pagar a taxa de 600 escudos anuais. Existem, como se vê, indivíduos na mesma situação jurídico-militar a pagar, uns 600 escudos e outros 60 escudos. O que não deixa de ser uma flagrante demonstração das teorias divisionistas das autoridades político-militares.

— SOLDADOS DESERTORES: podem regularizar a sua situação através de modalidades diversas:

— aqueles que cumpriram mais de 18 meses de serviço militar, antes de desertarem, passam directamente à disponibilidade, sem qualquer taxa, sendo inscritos na reserva territorial;

— aqueles que cumpriram menos de 18 meses de serviço militar, antes de desertarem, podem pedir a regularização a partir dos 29 anos, pagando uma taxa de 60 escudos anuais;

— aqueles que não cumpriram os 18 meses de serviço militar, com menos de 29 anos, retomam o cumprimento das suas obrigações militares até completarem o tempo de serviço efectivo estabelecido para o contingente do ano em que retomarem o serviço, permanecendo incluídos na classe correspondente ao ano de instrução. Medida de que são isentos os residentes no estrangeiro (que são a maioria), tendo-se ausentado do país antes de 16 de Novembro de 1976. Ficam assim abrangidos pelos decretos 504/76 e 78/77. Deverão ainda pagar à Fazenda pública possíveis débitos de artigos de fardamento ou outros, se for caso disso.

— OFICIAIS E SARGENTOS DESERTORES: continuam a ser reprimidos como durante o fascismo (de antes do 25 de Abril de 1974), continuando sujeitos ao código de justiça militar. Em relação aos oficiais e sargentos ex-desertores, mais nenhum decreto-lei foi publicado após o D. L. 504/76. Neste momento são conhecidos alguns casos de mandatos de captura lançados contra estes ex-desertores.

A situação destes indivíduos é das mais precárias e, para alguns, as consequências não poderão ser senão trágicas!

Em jeito de conclusão, poderíamos citar a famosa receita popular — para grandes males, grandes remédios, ou então a outra — cada roca com seu fuso, cada terra com seu uso.

RUI CAMPOS
(nosso correspondente
em Paris)

PARIS E A BOMBA

Acabo de ler, num jornal quotidiano, que os efectivos da polícia de Paris, encarregados da vigilância de rua, vão ser aumentados, dia e noite. (1)

A notícia deixa-me indiferente! Há dias que estou entrincheirado em casa, cansado de galgar as ruas imensas e os corredores do metropolitano, onde, a cada curva do caminho, me arrisco a ser controlado e apalpado por policiazinhos estúpidos e agressivos, vaidosos e gordinhos, cheios de mau vinho e cerveja.

Lembro-me agora que, há já algum tempo, foram também aumentados em alguns milhares de homens os efectivos da polícia judiciária. Crescem como pãezinhos quentes.

A repressão acentua-se e os processos em correccional aumentam despoticamente.

Ainda este ano, foi criada uma nova brigada de polícias, chamados «ilotiers», espécie de polícias poltrões e mansinhos, que, em grupos de dois, andam a calcorrear os bairros da capital, falando com os habitantes e comerciantes, inquirindo-se da situação de cada rua, de cada habitação, de cada habitante. Um verdadeiro serviço de informações. «E se souber de alguma coisa, não hesite em no-lo assinalar», dizem eles aos porteiros e porteiras (esses guardas mal-cheirosos da propriedade — diga-se de passagem que muitos deles são trabalhadores imigrados portugueses).

A delacção é utilizada a uma grande escala, não poupando nada, nem ninguém. A conhecida máxima policial de que todos são culpados, instala-se abusivamente na realidade quotidiana.

Os carros patrulhas circulam cheios de polícias, metendo o olho às janelas das casas. Muitos bancos, locais diplomáticos, delegações e agências de turismo estrangeiras são autênticas fortalezas, defendidos por C. R. S. e «gendarmes» móveis (tropas de choque encarregadas da repressão das manifestações). Um autêntico estado de sítio. A burguesia e aqueles que têm culpas no cartório blindam à pressa os seus carros, com receio dos atentados. Raro é o dia em que a polícia não mate, muitas vezes por um simples controle de identidade, ou então, nos comissariados, à pancada.

Imagem pouco securizante duma sociedade que tem medo.

Mas tudo isto me deixa indiferente. Vou comendo e vivendo, escoando o tempo suavemente.

Tem havido muitos atentados à bomba. Ainda a noite passada, não podendo dormir, ouvi um grande estrondo. Mais uma (2). Quantas mais melhor! Algumas até são bem dirigidas!

Um destes atentados trouxe-me mesmo um sorriso ao canto dos lábios. Foi a 19 de Dezembro do ano findo. Durante a noite o armazém de alimentação de luxo Fauchon, situado na Praça da «Madeleine» em Paris 8, foi completamente destruído por uma bomba. O atentado foi várias vezes reivindicado. Um dos comunicados enviados à imprensa era redigido nos seguintes termos:

«— Que a festa comece... a festa da destruição e do prazer de sabotar as refeições da burguesia, que se aprovisiona no armazém Fauchon por várias vezes o montante do SMIC (salário mínimo — 1.700 francos por mês). Para evitar a esta burguesia, já bem cansada, o esforço de transformar esta comida em merda, decidimos sublimar directamente esta mercadoria, destruindo Fauchon. Feliz natal.»

15 de Março de 1894. Pauwels (3). «Criminalisemos a legalidade, legalisemos o crime.»

Ah! se Joseph Pauwels lá na sua fossa comum, viesse a saber que, 83 anos mais tarde, uma bomba rebentou na Praça da «Madeleine», que feliz que ele não ficaria?!

A polícia assinalou 548 atentados por explosivo durante o ano de 1977.

A polícia diz que são grupos inorganizados (que não conseguiu infiltrar de bufos e indicadores) e que não lhes conseguem pôr a mão em cima.

O ministro do interior Christian Bonnet vai dar em maluquinho. O melhor seria ele ir plantar batatinhas e regressar ao seu antigo posto de ministro da agricultura.

A terceira fase começa?!

E eu continuo indiferente, mas, talvez um destes dias me aventure a dar um passeio pelas ruas da cidade. Tranquilamente e a passo cadenciado.

RUI CAMPOS

(nosso correspondente
em Paris)

---

(1) Jornal «Libération» de 17 de Janeiro de 1978.

(2) A 19 de Janeiro de 1978, atentado contra a Discount Bank, 29, Rua de Clery em Paris 2. Causou prejuízos materiais muito importantes. Não foi reivindicado.

(3) Alusão a Joseph Pauwels, aliás Rabardy, anarquista belga que morreu a 15 de Março de 1894 na igreja da «Madeleine», morto pela explosão duma bomba que transportava. Tinha cometido, nas 2 semanas anteriores, 2 atentados: rua St. Jacques, Paris 5 e rua do Faubourg St. Martin, Paris 10.

O jornal «Le Temps» de 16 de Março de 1894, cita o facto nestes termos:

«Esta tarde, pelas 2 h 40 m., uma formidável explosão consternou de emoção as pessoas que passavam na Praça da «Madeleine». Algumas fugiram apavoradas, outras dirigiam-se para o local donde tinha partido a detonação, e souberam logo em seguida que um novo atentado anarquista tinha sido cometido; uma bomba depositada à porta da igreja da «Madeleine».

Esta explosão fez uma única vítima. A vítima era o próprio autor do atentado. Foi pouco tempo depois identificado com sendo Joseph Pauwels».

— Sobre Pauwels pouco mais haverá para dizer. É provável que tenha desertado do exército belga, refugiando-se em Paris, onde abundavam nessa altura os desertores belgas.

40 anos depois:

A CNT na Espanha libertária de hoje

(Continuação da 10.ª página)

rir a crise económica a seu contento. Além disso, e de acordo com o princípio anarquista de que as prisões (todas as prisões) devem ser destruídas e todos os indivíduos integrados socialmente, a CNT borrifou-se para a hipócrita separação que os políticos fazem entre presos políticos e presos de delito comum; e, sem com isso apoiar a proliferação de todo o tipo de «criminalidade», a CNT tem dado o seu apoio às lutas dos presos comuns contra as arbitrariedades e discriminações de que são vítimas (nomeadamente na prisão de Carabanchel, em Madrid).

Convém frisar que as posições da CNT, pelo que tudo indica, não são ditadas por momentâneas considerações de oportunidade política feitas por um centro de tipo partidário, com vista a ocupar um espaço político que os partidos estalinistas e «socialista obrero» parecem ter deixado vago — o da oposição sem tréguas ao regime. As suas tomadas de posição «públicas», pelo contrário — e uma vez que a sua actividade anarco-sindicalista se baseia nos princípios do *federalismo* e da *acção directa* — são o resultado das opiniões, trabalho e participação nos acontecimentos, dos milhares de trabalhadores que constituem os seus diversos grupos e comités, que há muito existem por toda a Espanha e que *coordenam* a sua actividade através de comités regionais e dum comité nacional.

Em próximos artigos falaremos mais pormenorizadamente do que se passa em Espanha e das realizações do anarquismo espanhol. Um dos grandes dramas ibéricos tem sido quase sempre uma artificiosa separação sistematicamente reforçada pelas políticas dos Estados nacionais e que a solidariedade internacional terá que ultrapassar. Para isso é necessário começar por romper o muro do silêncio.

JOAQUIM A.

Algumas verdades sobre o Individualismo Libertário

(Continuação da 10.ª página)

tra ao indivíduo cioso da plena liberdade dos seus movimentos. Com efeito, quer os humanistas — aqueles a quem Stirner chamava os **«liberais humanitários»** — sejam lacrimejantes ou não, o facto é que sublimam sempre a indiferença, a raiva ou o desencanto que sentem pelos indivíduos, com um amor descomedido e delirante pela humanidade. Se for preciso, em nome de valores sempre sagrados, apunhalam os homens concretos; depois, à noite, ao velarem os mortos, acendem círios e cantam loas em honra da humanidade, essa besta societária com mais patas que uma centopeia.

E já que de Sociedade estamos a falar, Stirner, o individualista, também não pensava grande coisa dela, quer ela se dissesse classista, quer ela se dissesse sem classes. A razão era simples: A Sociedade, como Deus, como o Homem de Feuerbach, como o Proletariado de Marx, também constituía um tampão opressivo, algo de superior e de exterior ao indivíduo palpável, com a pretensão de fazer sempre dele um joguete. E todos os socialistas, evidentemente autoritários, a quem Stirner chamava os **«liberais sociais»**, não passavam, em última análise, de mais uma confraria de frades cartuxos, que tinham feito voto de pobreza, erigiam altares à Sociedade, sonhavam com a expropriação da unicidade de cada indivíduo, para depois sairem-se com patacoadas delirantes do género: A Sociedade será proprietária de tudo e nós, seus membros, não seremos proprietários de nada, nem sequer dos nossos próprios membros, já que membros da supracitada Sociedade somos nós!

MAX STIRNER — KARL MARX: A POLÉMICA INEVITÁVEL

Claro que um pensamento tão pouco ameno, tão abertamente anti-societário, suscitou comentários das almas virtuosas e caritativas. O próprio Karl Marx, que na sua fase juvenil, anterior às sendas científicas e economicistas, é considerado algo libertário, pelo muito que foi beber a Proudhon, mostrou-se intransigente. Em «A ideologia alemã», obra de juventude, embora só tenha sido publicada postumamente, chama São Max ao autor de «O único e a sua propriedade». E, depois, como bom jesuita, atribui a Max Stirner, entre outros negros desígnios, o de fazer o tão famigerado jogo da burguesia. Na realidade, porém, Stirner fazia apenas o seu jogo, não acatava as regras definidas assim tão depressa e nunca Marx o compreendeu. Até um autor tão «crítico» nos estudos que faz sobre os pensadores e homens de acção do anarquismo (sobre Bakunine, por exemplo), como Henri Arvon, é obrigado a reconhecer que, **mesmo na fase juvenil,** Marx nunca foi capaz de ver o homem individual, o qual esmagou sempre com a couraça do homem social, isto é, do macaco a quem ensinaram as boas maneiras. Curiosa atitude da parte de um prosador que queria combater a **Entfremdung** (a alienação de que falava Hegel), sob todas as suas formas, e ao fim e ao cabo a tinha apenas, quando muito, elevado a um nível «superior»!

As razões do equívoco ou erro grosseiro de **Marx,** como se quiser, residem talvez no facto de o termo comunismo ter sido aplicado antes dele, nos tempos da grande Revolução Francesa e de Babeuf, com um sentido contrário e por oposição ao individualismo burguês triunfante. O comunismo erguia então a sua máscara de pureza ainda não conspurcada, nem pelo cretinismo da dialéctica e da filosofia alemã nem pelos crimes do lenino-stalinismo. Fazia-o frente aos desaires práticos do deve e haver burguês e da sua consabida máxima: cada um por si e os outros que se lixem. Máxima a que Guizot, político da confiança de Luís Filipe, mais conhecido pelo «rei burguês», acrescentaria o conselho operacional: «Enriqueçam-se!»

Sem embargo, pretender-se que entre o individualismo burguês, se é que assim se pode chamar-lhe, e o individualismo libertário de Max Stirner não há qualquer diferença, constitui, a nosso ver, a maior das atoardas. Os burgueses, a quem Stirner chamava ironicamente os **«liberais políticos»,** são duramente estigmatizados e sem complacências descabidas ao longo de «O único e a sua propriedade». O autor sabia perfeitamente de que maneira a burguesia tinha liquidado os **privilégios** da nobreza e do alto clero do «Ancien Régime». Tinha sido para **os substituir** por uma tirania ainda pior: a omnipotência da Lei. E ainda pior porque, se os privilégios antigos eram mais facilmente encarados como uma usurpação e um abuso, já as prescrições legais, no interior das constituições e códigos elaborados pelos representantes dos possidentes, tinham todo um ritual sacralizador e adquiriam foros de legitimidade, justiça, equidade... A burguesia, ou franja superior desse Terceiro Estado definido à sua maneira por Sieyès, tinha tido a habilidade de ser um estrato médio triunfante, quer contra o Povo, quer contra os Estados que estavam acima dela. Tinha tido a habilidade de se estribar no primeiro, para depois bater os outros, por pessoa interposta, a qual teria o mesmo fim, chegada a sua vez. Ao subir para o poleiro, porque a prosperidade de todos os estratos sociais está ligada ao maior ou menor acesso às instituições, tinha criado verbalmente uma comunidade ilusória: a **Nação** que, na realidade, não era e não é mais que o conjunto de todos os burgueses instalados sobre dado território.

Indo mais além, Stirner não se limitava a dizer estas verdades duras. Interpretava o sonho burguês do Estado

(Continua na 9.ª página)

SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO

Se fosse necessário definir em poucas palavras a situação a que se chegou, diríamos que se chegou à mais absurda das situações a que pode chegar um «processo revolucionário». Chegámos ao ponto da sua desagregação, provocada pela incapacidade total das próprias organizações políticas da esquerda de, no plano teórico e na prática, polarizarem em torno de si e conjugarem diversas acções de revolta social que, se desenvolvidas mais consequentemente, poderiam ter levado os acontecimentos para outros rumos.

De resto, não era essa a sua vocação. Nunca os seus dirigentes tiveram em mente a realização de uma «Revolução» que não fosse feita sob os seus altíssimos e criteriosos auspícios e não estivesse condicionada ao alvará concedido pela sacrossanta palavra da direcção do PARTIDO. Um qualquer — este ou aquele, mais «popular» e «revolucionário» ou mais «do proletariado» ou «socialista», desde que fosse O partido; em última análise seria, claro, a rata velha e de rabo pelado que é o Partido Comunista Português.

A vocação da esquerda foi e será a da direita, disputarem uma à outra o **poder** de gerirem, organizarem, orientarem, administrarem, arbitrarem, decidirem, mandarem, ordenarem, classificarem, computorizarem, hierarquizarem o interminável cortejo de injustiças, sacanices, humilhações, miséria, marasmo intelectual, moral e psíquico em que nos vemos obrigados a viver. Para eles, tudo, em última análise, será resolvido pela «questão do poder», arca sagrada que contém a Verdade Final, que nos permitiria enfim, redimidos dos nossos pecados, subirmos ao Reino dos Céus, guiados por Eles.

O problema com que se deparam, é sempre, em última instância, o da técnica do golpe de Estado, em sentido geral. Seja um golpe militar, parlamentar, de palácio, seja um «golpe eleitoral» (como nos Estados Unidos ou cá, ou noutro sítio qualquer, em que os cozinhados já estão feitos). Sabemos, (quem o não sabe hoje?) que a actividade dos políticos, dos verdadeiros, dos profissionais, não passa disso; e que os que, ingenuamente, a pretendem moralizar, são as suas primeiras vítimas, por incongruência e incapacidade para entrar na dura competição. Deve ser uma vida intensíssima e recheada de vivências carregadas de saborosas subtilezas, a dos nossos políticos!...

Não nos admira excessivamente, portanto, que depois de todas as asneiras e inconsequências da esquerda política os sectores da direita se instalem pesadamente nas cadeiras governamentais e administrativas. Vem-nos apenas, por vezes, à cabeça, perguntar até que ponto é que certas «asneiras» do Partido Comunista foram, de facto, asneiras inadvertidas. Ou outros valores «mais altos» se alevantariam?

Os desejos um tanto ou quanto vagos de liberdade e igualdade sociais, (e económicas, para começar) que afloraram na vida de uns milhões de indivíduos têm sido consubstanciados em ideias, objectivos e organizações que não podiam (ou poderiam?) deixar de ser criadas trazendo em si ainda todos os vícios de um espírito estreito, mesquinho, autoritário que o fascismo criou entre os seus apoiantes (e mais ou menos passivamente, essa era a maioria) e também entre os seus oposicionistas; salvo honrosas excepções, estes nunca escaparam à atracção magnética que uma vivência diária e «cultural» limitada reconduzia inevitavelmente aos padrões do Regime. O estalinismo foi o opositor à altura do nosso fascismo caseiro; estavam feitos um para o outro.

— Pois se o espírito policiesco, preconceituoso, de colaboração ou complacência com a bufaria; de compadrio e bajulação em que o fascismo assentou durante quase **50 anos se tem** mantido quase intacto...

— Pois se, à «capela» dos da «situação», se substituíram simplesmente as várias «capelas» das várias «situações»...

— Pois se o espírito de independência, individualismo e insubmissão que o fascismo espezinhou sistematicamente continuou a ser sistematicamente espezinhado pelos medíocres revolucionários caseiros, antes de mais ninguém, e desencorajado **sob o epíteto** pejorativo de «individualismo pequeno-burguês»...

— Pois se a «libertação» de grande parte da juventude tem consistido ora numa adesão acéfala às modas maoistas, ora às modas «descontraídas», ora às modas «libertárias, até; ou, agora, às modas nazis. Tudo modas, picadazitas à flor da pele, sem aprofundar as questões, bem nas tradições nacionais... Sem tomarem verdadeiramente a peito que a «possibilidade de recusa» e a **recusa** individual são a primeira condição para a **criação de um** espírito social evoluído...

— Pois se se tornou novamente moda ir para os Comandos para sermos Kung-fuzinhos, termos uma farda, marcharmos com passo de ganso e impormo-nos às mulheres a quem não sabemos agradar com modos menos bélicos...

— Pois se, à PIDE (de resto, ineficazmente desarticulada), se substituíram, não uma mas várias polícias (dos partidos, das forças armadas, mais as estrangeiras, mais a Judiciária «democrática»)... E dos ficheiros da Pide, as cópias devem contar-se agora pelas dezenas, em vez de teram sido pura e simplesmente destruídas... E nas mãos de quem estarão elas?

— E se, onde dantes havia a zelosa GNR (cuja actividade nos campos do Alentejo ainda está presente na cabeça de todos) há agora uma GNR democrática; e se a PSP é como era (e seria de espantar que o não fosse)...

— Pois se todo este processo, afogado sobretudo entre diversas ideologias autoritárias, tem sido encaminhado debaixo da égide dos militares «progressistas», alguns talvez com uma imagem óptima de si próprios, mas não menos militares por causa disso...

— Pois se...

A MESQUINHICE NACIONAL

É conhecida a generalizada, simplista e pejorativa referência à idiossincrasia dos portugueses como sendo «gente de ocasião, opiniosa mas de espírito mesquinho e facilmente adaptável às circunstâncias». Estaremos nós agarrados a um ferrete de ignomínia histórica, que parece querer avassalar de um modo definitivo todos os domínios da vida comum e privada? Em todos os aspectos (a começar pelo económico) somos dependentes, importamos, não produzimos originalidades (nem sequer aquilo que reputamos essencial), encolhemo-nos, bajulamos, copiamos, dobramo-nos, aceitamos; não temos iniciativas, não aproveitamos o que temos à mão, de vez em quando temos euforias e depois, nos requebros, clamamos de novo pela Autoridade, mais autoridade, porque nos sentimos inseguros sem ela, porque não concebemos a ordem sem um chicote a ameaçar os transgressores, porque não admitimos que outros mandem para trás das costas os preconceitos e as frustrações de séculos de opressão que a nós ainda nos esmagam. Vêde o funcionamento interno das organizações «revolucionárias» e dos Partidos (das já conhecidas como conservadoras não vale a pena falar).

E é este primor deste estado de espírito, desta teia inextricável de causas e efeitos que começam nas mais básicas necessidades materiais e se apoiam psíquicamente nos falhanços dos mais estreitos e mesquinhos «realismos teóricos» dos nossos bacharéis da coisa política, — é este estado de espírito passivo, resignado, vagamente oportunista, que de novo ameaça generalizar-se em força e submergir o que de criador aqui pode nascer!

QUE RESPOSTA?

A uma organização moral, política, económica que, a Leste e a Oeste, esmaga cada vez mais decididamente o indivíduo no anonimato dum consumo erguido em Deus do quotidiano; ou no anonimato duma peça ínfima na engrenagem monstruosa dum Estado Deus e Senhor (que alimenta a sua casta de privilegiados, como toda a hierarquia) — a isto não podemos contrapôr uma acção massificada, forçosamente reduzida a uma carta em branco dada àqueles que amanhã nos irão pôr os pés em cima.

As organizações de revolucionários, como as organizações de trabalhores, não podem basear-se nos mesmos princípios de hierarquia, disciplina e contabilização monetária **e de poderes** em que assentam as instituições sociais na generalidade (partidos, administrações governamentais, empresas). Quando não, serão apenas mais um factor de conservação desta ordem de coisas.

A vida quotidiana, ao nível local, regional e geral não pode basear-se nos mesmos princípios centralistas, e de tráfico de influências em que se baseia o poderio dos privilegiados. A vida económica não pode basear-se no sistema do salariato, no controle da actividade de milhões de assalariados por técnicos especializados, estejam estes ao serviço de patrões capitalistas ou de capitalistas de Estado.

Por tudo isto, não nos seduz por aí além a possibilidade de reunificação de uma esquerda dividida ou descontente que iria repôr toda a sua actividade propagandística, de organização e de influência sobre este mesmo sistema de princípios e valores que nós combatemos.

A necessária organização dos indivíduos tem que fazer-se com base nas **afinidades** que existam entre eles (de trabalho, de preferências da mais variada ordem — desde as literárias e profissionais às gastronómicas por exemplo; de proximidades de habitação, de aspirações revolucionárias para começar). Só um tal princípio, **de afinidade,** conferirá à organização um carácter «natural», vivo, e possibilitará que no seu interior não comece por surgir a especialização (sempre apresentada a bem da «eficácia»!) entre os que decidem e os que obedecem. A unidade natural entre as pessoas não pode ser reconstruída esmagando repetidamente os indivíduos.

O relançar de um movimento anarquista e anarco-sindicalista tem que começar pela reposição, no plano teórico e no comportamento dos indivíduos empenhados, de regras naturais que não podem estar em oposição ao que se defende: o Comunismo Libertário, o comunismo sem Estado e agrupando indivíduos livres de toda a opressão.

JOAQUIM A.

Que Sindicalismo?

(Continuação da 4.ª página)

sas), foi possível, isso deve-se, em parte, ao seguinte:

— num país de macrocefalia exacerbada, como o nosso (como, de resto, o é qualquer país cujo desenvolvimento político e conómico se baseia no centralismo — no caso, capitalista) ,a constituição de uma central sindical na capital, que abre escritórios nas capitais regionais, delega representantes e mandatários aqui e ali, envia representações ao estrangeiro, senta-se à mesa dos chefes políticos, é reconhecida como interlocutora pelos empresários — todo este processo **atrai** pessoas como o mel atrai as abelhas. Uns, bem intencionados, a maioria talvez, ao princípio. Outros, premeditadamente arrivistas e oportunistas, sobretudo se a REVOLUÇÃO (com maiúsculas) foi já «decretada» pelos próprios órgãos governamentais, militares e meios oficiais e oficiosos de informação e não há, portanto, qualquer risco a correr. E são estes últimos, os arrivistas (politiqueiros ou simplesmente sequiosos de uma migalha de poder) que, se encontram terreno propício, acabam por determinar a evolução dos acontecimentos no campo em que actuam. E, se o fenómeno é geral, então determinam de maneira decisiva!

Depois, segue-se uma interminável jiga-joga de alternâncias políticas e partidárias que o processo de **constituição de listas** para as direcções sindicais, por exemplo, (associado a uma série de outros factores de falta de democraticidade interna) vem facilitar. Com efeito, se, em lugar desse processo que dá inevitavelmente lugar a que surjam listas deste, daquele e daqueloutro partido, as direcções sindicais fossem, antes de mais, comités de coordenação constituídos como **executivos** com base em reuniões de delegados (sendo estes nomeados por assembleias de trabalhadores, por empresa, por bairro, por zona, etc.) já tal fenómeno poderia ser mais eficazmente combatido. E como seria, nesse caso, possível o monpólio sindical pelo PCP? Compreende-se facilmente porque é que as organizações de tipo partidário não vêem com bons olhos uma organização deste tipo: dificultar-lhes-ia o controle que procuram exercer nos sindicalizados ou sindicalizáveis. Claro está que nada, para além de sorrisos complacentes poderia provocar aos nossos olhos a estrénua e apressada tentativa de constituição, pelo PS e PSD mais os seus aliados tácticos (ou estratégicos?) MRPP e PCP(m-l), de nova central sindical, a da Carta Aberta; que, é evidente, só defendia o pluralismo sindical porque não eram eles quem controlava as engrenagens da Intersindical.

Arvorar «slogans» míticos que escondem realidades bem negras, estabelecer etapas ditadas pelos «realismos políticos» mais diversos, canalizar para remodelações de gabinetes governamentais as esperanças e as energias criadoras que têm tendência a desabrocharem, em períodos de crise, entre os trabalhadores; e, sobretudo, cortar assim a possibilidade de terem livre curso as mais diversas iniciativas que podem surgir (e surgiram, em alguns casos), eis no que resulta a actividade de enquadramento ideológico e organizativo dos trabalhadores pelos sindicatos estatais ou para-estatais. Os princípios em que se baseia a sua organização e funcionamento são a **delegação de poderes** e o **centralismo organizativo** e dos poderes de decisão.

RESPOSTA ANARCO-SINDICALISTA À QUESTÃO SINDICAL

Ora é precisamente em dois princípios opostos a estes que assenta o anarco-sindicalismo. Ao contrário da delegação de poderes e capacidades de decisão, a **acção directa**. A frase «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores» não pode ser uma mera divisa de fachada, e tem que ser aplicada caso a caso. E, ao contrário do princípio autoritário do centralismo, o **federalismo** baseado na **solidariedade** e no **apoio mútuo**.

A ACÇÃO DIRECTA

Quem pode pensar por mim melhor do que eu próprio penso? Quem pode decidir por mim melhor do que eu próprio decido? Faltam-me dados?, não sou especialista nisto ou naquilo?, não conheço esta ou aquela técnica? Pois recorro a quem o saiba, numa base de igualdade, mas sou eu quem decide o que me diz respeito, em última análise.

Acção directa, a acção dos próprios interessados, que tem como corolários indispensáveis o culto da própria individualidade e o auto-esclarecimento sistemático.

Em termos organizativos, e porque o facto de ser cioso da minha autonomia torna-me tanto mais ciente da minha **sociabilidade**, isto significa apenas que não aceito ninguém acima nem ninguém abaixo de mim. O que eu organizo é a minha acção comum com outros indivíduos e nunca a entrega do meu poder de decisão aos caprichos ou às flutuações políticas de um qualquer representante que preste, em primeiro lugar, obediência às decisões de um qualquer longínquo ou anónimo gabinete ou comité central. Isto é evidentemente diferente da necessária escolha, feita pelos indivíduos que realizam uma determinada actividade (por exemplo, os moradores de uma rua que reunem), de um ou mais indivíduos que **estabelecem ligações** e executam uma parte das tarefas que todos os outros executam.

O FEDERALISMO

Como atrás se disse, a luta nos estreitos e mesquinhos limites de uma actividade reivindicativa de pequenas benesses económicas, sempre renovadamente perdidas, não é o objectivo do anarco-sindicalismo. A actividade reivindicativa tem sobretudo a função de uma «ginástica» revolucionária e insurrecional que prepare as mentalidades e as capacidades organizativas no sentido de uma **autogestão generalizada.** Autogestão generalizada, o que quer dizer não só realizada na generalidade das empresas (ou a tender para isso rapidamente), mas quer dizer, além disso, generalizada a todos os aspectos da vida quotidiana. No campo económico, é mais ou menos evidente que um tal processo de autogestão só é viável se não se restringir a meia dúzia de empresas e, sobretudo, se nele participarem os trabalhadores das empresas-chaves da economia. Doutro modo, a curto prazo, pequenas empresas em autogestão ver-se-iam esmagadas pelo Estado ou pelos mecanismos de mercado, pela asfixia económica ou pela obrigatoriedade de reconversões internas nos moldes de qualquer empresa capitalista rentável (directores, capatazes, etc., etc.). Aliás, este mesmo problema, (o da organização interna das empresas), surgirá necessariamente enquanto se mantiver a grande concentração industrial, tanto ao nível de regiões como ao da existência de gigantescas unidades de produção. **Descentralização** económica, eis pois uma das necessidades de uma possível reorganização de toda a actividade dos produtores.

Mas um trabalho desta dimensão — chame-se-lhe utópico e não será isso que nos tirará o ânimo — requer uma longa preparação e, sobretudo, exige que os princípios organizativos e de acção anarco-sindicalista sejam eles próprios baseados no **descentralismo** e na **coordenação federalista,** isto é, na coordenação natural dos diversos núcleos, comissões, comités, empresas, grupos sindicais ao nível regional, nacional e internacional (Ibérico, por exemplo). Coordenação que, em vez de ir esmagar ou fazer estiolar a iniciativa parcelar irá é enriquecê-la e apoiá-la. Trabalho sem dúvida mais aliciante e vivo do que «decretar» a constituição de um novo partido ou sindicato estatal e ir montando as peçazinhas mortas que vão constituir a sua fachada!

JOAQUIM A.

---

(1) — Com base na diferenciação entre «trabalho simples», o dum operário não especializado, e «trabalho complexo», qualificado, e mais bem remunerado. Aliás é isso que «justifica teoricamente» que os técnicos e burocratas sejam camadas privilegiadas nos países chamados socialistas. Tal contabilização, prova-se, é impossível ser feita com rigor; mas é necessária para o funcionamento do sistema salarial.

(2) — É consultar, por exemplo, os escritos de Boris Souvarine que, de anarquista (pouco convicto, decerto) se tornou bolchevique (antes de 1917) e que conheceu a situação «por dentro» até se ver obrigado a exilar-se, não sem se ver previamente excluído da 3.ª Internacional por «indisciplina».

(3) — É aqui que o termo «massas» é usado com propriedade. Massa — massificar.

O poeta Charles Baudelaire e a caridade cristã

Durante quinze dias tinha-me confinado no meu quarto, e tinha-me rodeado dos livros que nesse tempo (há dezasseis ou dezassete anos) estavam na moda; quero falar dos livros onde é tratada a arte de tornar os povos felizes, sensatos e ricos, em vinte quatro horas. Tinha portanto digerido, — engolido, quero eu dizer, — todas as elucubrações de todos esses empresários de felicidade pública, — dos que aconselham todos os pobres a fazer-se escravos, e dos que os persuadem que eles são todos reis destronados. — Não se achará surpreendente que eu estivesse então num estado de espírito que se avizinhava da vertigem ou da estupidez.

Tinha-me parecido apenas que sentia, confinado no fundo do meu intelecto, o germen obscuro de uma ideia superior a todas as mézinhas, cujo dicionário tinha percorrido recentemente. Mas não era senão a ideia de uma ideia, qualquer coisa de infinitamente vago.

E saí de casa com uma grande sede. Porque o gosto apaixonado pelas más leituras gera uma necessidade proporcional de ar puro e de refrescos.

Na altura em que ia entrar num cabaret, um mendigo estendeu-me o chapéu, com um desses olhares inesquecíveis que fariam dar cambalhotas aos tronos, se o espírito remexesse a matéria, e se o olho de um magnetizador fizesse amadurecer as uvas.

Ao mesmo tempo, ouvi uma voz que me ciciava ao ouvido, uma voz que bem reconheci; era a de um bom Anjo, ou de um bom Demónio, que me acompanha por todo o lado. Já que Sócrates tinha o seu bom Demónio, porque não teria eu o meu bom Anjo, e porque não teria a honra, como Sócrates, de obter o meu atestado de loucura, assinado pelo subtil Lélut e pelo precavido Baillarger?

Existe uma diferença entre o Demónio de Sócrates e o meu, o de Sócrates só a ele se manifestava para proibir, advertir, impedir, e o meu digna-se a aconselhar, sugerir, persuadir. Esse pobre Sócrates só tinha um Demónio proibidor; o meu é um grande afirmador, o meu é um Demónio de acção, ou Demónio de combate.

Ora a sua voz ciciava-me isto: «Só é igual a outrem, quem o prova; só é digno da liberdade, quem sabe conquistá-la.»

Imediatamente, saltei para cima do meu mendigo. Com um só soco, tapei-lhe um olho, o qual se tornou, num segundo, grande como uma bola. Parti uma das minhas unhas no acto de lhe quebrar dois dentes, e como não me sentia bastante forte, tendo nascido delicado e tendo-me exercitado pouco no boxe, para desancar rapidamente esse velho, agarrei-o com uma mão pelo colete do fato, com a outra filei-o pela garganta, e pus-me a sacudir-lhe vigorosamente a cabeça contra uma parede. Devo confessar que tinha previamente inspecionado as imediações com uma vista de olhos, e que tinha verificado que naqueles subúrbios desertos me encontrava, por um lapso de tempo assaz longo, fora do alcance de qualquer agente da polícia.

Tendo em seguida, com um pontapé que lhe mandei para as costas, bastante enérgico para lhe quebrar as omoplatas, atirado para o charco com esse sexagenário enfraquecido, agarrei num grande ramo de árvore que estava caído por terra, e bati-lhe com ele com a energia obstinada dos cozinheiros que querem tornar tenro um bife.

De repente, — ó milagre! ó deleite do filósofo que verifica a excelência da sua teoria! — eu vi essa carcaça antiga voltar-se para mim, pôr-se em pé com uma energia que eu nunca teria suspeitado numa máquina tão singularmente desarranjada, e, com um olhar de ódio que me pareceu de bom augúrio, o malandrim decrépito atirou-se a mim, pôs-me os dois olhos negros, partiu-me quatro dentes, e, com o mesmo ramo de árvore, malhou-me como em centeio verde. — Pela minha enérgica medicação, eu tinha-lhe portanto devolvido o orgulho e a vida.

Então, fiz-lhe grande quantidade de sinais para lhe fazer compreender que considerava a discussão como encerrada, e, levantando-me com a satisfação dum sofista do Pórtico, disse-lhe: «Cavalheiro, você é meu igual!, queira dar-me a honra de partilhar comigo a minha bolsa; e lembre-se, se realmente for filantropo, que é preciso aplicar a todos os seus confrades, quando lhe pedirem esmola, a teoria que tive a dor de experimentar nas suas costas.»

Ele jurou-me com vigor que tinha compreendido a minha teoria e que obedeceria aos meus conselhos.

Charles Baudelaire «Assommons les pauvres!», in «Le spleen de Paris».

Os novos mistérios de Pequim

— Entrevista com Simon Leys

A entrevista que segue foi publicada pela primeira vez pelo jornal francês «Le Matin» de 21 de Janeiro de 1978. Como é de grande actualidade e o seu autor, Simon Leys, nos autoriza a publicá-la na íntegra, não quisemos privar os nossos leitores e assinantes de uma desintoxicação salutar. Com ela, pretendemos iniciar a publicação de uma série de entrevistas e artigos sobre os temas que andam na berra e sobre os quais subsiste tenazmente, como um preconceito, a maior confusão de ideias. Para o efeito, pediremos a colaboração dos observadores que melhor conheçam os assuntos versados, sem desfigurá-los, e com quem tenhamos, como é óbvio, maiores afinidades. A vocação de «O Meridional — mensário algarvio» não é provinciana, é cosmopolita...

Resta-nos dizer a quem o não conhece, embora parte da sua obra já tenha sido traduzida para português, que Simon Leys é o autor de uma das mais circunstanciadas e penetrantes crónicas da «Revolução cultural» chinesa («Les habits neufs du Président Mao»). Foi um dos primeiros críticos coerentes a desvendar, atrás da cortina das efemérides e do histerismo de maoistas, maofilos e maofobos chineses e ocidentais, a inexorabilidade do sistema ainda hoje existente na China, a dureza da luta pelo poder entre as facções do Partido comunista, a libido dominandi dos chefes, o imenso crime perpetrado contra o povo chinês pela ditadura do partido único e as tentativas de revolta dos dominados e explorados. Autor ainda de «Ombres chinoises» e «Images brisées», fornece-nos com esta trilogia uma arma de inestimável valor para o desmascaramento de epígonos e exegetas ignorantes que se limitam a repetir ritualmente fórmulas estafadas mais ou menos oficiais.

Simon Leys é evidentemente um pseudónimo com o qual o autor se cobriu (de modo precário e por sua conta e risco) para percorrer por várias vezes a China, tentar contactar sem mediadores com o seu povo. E dizemos contactar porque, contrariamente a certa inteligentsia europeia que anteontem fez o frete a Staline como ontem o fez a Mao, contrariamente aos turistas que precisam de polícias disfarçados de guias para passearem como os ceguinhos, contrariamente aos convidados pelo Estado «proletário» que paparam meia dúzia de jantares à conta do povo trabalhador e pensam que já sabem tudo, Simon Leys é um escritor que domina a língua chinesa e os seus vários dialectos, um estudioso que conhece a literatura e a história social anteriores à barbárie maoista. Foi dessas múltiplas experiências que, segundo pensamos, lhe adveio uma compreensão e um apêgo arraigado pelo povo chinês, assim como uma repulsa visceral pelos novos carrascos e arrivistas: os funâmbulos de São Mao ou que fingem sê-lo...

Neste número de «O Meridional» expõe-nos qual a margem de manobra de que dispõem os dois homens fortes do momento: Teng Hsiao-ping, o ex-«charlatão do género de Lin Piao» que sobreviveu a duas depurações e voltou a deitar a cabeça de fora, bem como o resto do organismo; Hua Kuo-feng, o ex-chefe da polícia política de Mao, espécie de Béria ou Silva Pais chinês, e auto-proclamado novo «timoneiro». Assim se vai descobrindo a careca da parte escondida do iceberg! Assim se vai desvendando a mistificação política de um país «avançadíssimo» onde, como nos diz Leys, as pacatas reivindicações de igualdade dos cidadãos diante da lei, de reconhecimento dos direitos do homem e do cidadão, de votação e observância de uma verdadeira Constituição, as quais são moeda corrente no Ocidente há cerca de duzentos anos, são consideradas **«revolucionárias»** pelo povo humilhado e esmagado pelo subjectivismo e pelos caprichos dos seus omniscientes ditadores!

* * *

1.ª Pergunta: QUE HÁ DE FUNDAMENTALMENTE MUDADO NA CHINA?

1.ª Resposta: A queda do «bando dos quatro» (que espíritos fortes na própria China chamam aliás o «bando dos cinco»: sem Mao, os «quatro» não teriam existido!) foi para a população uma verdadeira libertação: as pessoas voltaram a respirar após uma década inteira de tensão desumana, de violência, de angústia, de histeria e de terror. O problema é que desta «libertação» nasceu uma grande expectativa, uma nova esperança difundida pela população. Saberá a equipa dirigente responder a esta expectativa, satisfazer esta esperança? Duvida-se um pouco, quando se vê que todas as perturbações efectuadas afectaram apenas indivíduos e nunca o sistema que tinha permitido a emergência desses indivíduos.

Por muito popular que tenha sido a iniciativa tomada por Hua Kuo-feng ao «purgar» o «bando dos quatro», é preciso não esquecer que a elevação do próprio Hua Kuo-feng ao poder não é resultado de uma escolha popular: **ele chegou até lá através de um golpe de Estado,** ele impôs-se pela força e pela manha, desprezando todas as disposições legais da carta do Partido.

A própria denúncia do «bando dos quatro» é de facto uma pura continuação dos métodos do «bando dos quatro»: nunca toca em problemas dependentes das estruturas políticas, dos princípios do sistema; assenta inteiramente em termos pessoais, arbitrários, subjectivos, e só evoca agravos (largamente inverificáveis) que não apresentam nenhum significado político...

Há alguns anos, no momento em que se denunciava Lin Piao segundo os mesmos métodos, o célebre manifesto contestatário de «Li Yizhe» (traduzido em francês sob o título **Chineses, se vós soubesseis)** já tinha sublinhado essa questão fundamental: de que serve chicotearem um burro morto, de que serve denunciarem Lin Piao, se não se aplicarem primeiro a denunciar o **sistema de Lin Piao,** os mecanismos que permitiram a Lin Piao ter acesso à cúpula do poder e impor o seu «social-fascismo de tipo feudal» a oitocentos cinquenta milhões de chineses durante quatro anos, sem que ninguém diga uma única palavra?

Como o mesmo manifesto tinha igualmente tido a coragem lúcida de criticar o poder da senhora Chiang Ching e dos seus acólitos no preciso momento em que detinham o poder, e de voar em socorro de Teng Hsiao-ping na altura em que este voltava a encontrar-se em dificuldades, observadores superficiais teriam podido crer que Teng, ao voltar ao poder, tivesse sabido manifestar gratidão para com os autores corajosos desse manifesto: muito pelo contrário, nós vemos (e é típico) que é mais fácil para a nova equipa dirigente tolerar a seu lado um certo número de antigos homens de mão da viúva de Mao, na medida em que conseguiram virar a casaca e mudar de dono a quem prestar vassalagem, do que suportar a livre actividade dos seus primeiros e mais corajosos defensores: Li Cheng-tien, o principal autor do manifesto de que acabo de falar, acaba com efeito de ser condenado à prisão perpétua. Este homem era demasiado perigoso: tinha infringido o tabu supremo ao pôr a única questão pertinente, a que, para além dos indivíduos particulares, visava a natureza profunda do regime.

Deste ponto de vista, mesmo se o desaparecimento do «bando dos quatro» tornou a vida mais fácil de viver para a população, em profundidade todavia não se trata senão de uma mudança de pessoal, não de uma modificação do regime; pelo contrário, o objectivo desta mudança de pessoal é uma **consolidação** do regime — cuja existência tinha sido posta em perigo pela incompetência e a irresponsabilidade delirante desses dervixes rodopiadores do maoismo puro.

2.ª Pergunta: É POSSÍVEL HOJE UM DIÁLOGO FECUNDO ENTRE O OCIDENTE E PEQUIM?

2.ª Resposta: Quaisquer que sejam as reservas que se possa ter em relação ao presente regime, há uma questão sobre a qual se deve compreender, e apoiar com uma simpatia activa, a posição de Pequim.

Trata-se da ameaça absolutamente real, terrificante mesmo, que o imperialismo russo faz pairar sobre a integridade territorial da China. Enquanto a China, mesmo imperial, não foi nunca verdadeiramente imperialista nem expansionista — o esplendor chinês, no passado como hoje, foi sempre mais centrípeto do que centrífugo, exercendo-se mais da maneira de um ímã do que por expansão conquistadora — a União Soviética, quanto a ela, retomou integralmente a herança csarista do expansionismo agressivo.

A China foi vítima de imperialismos diversos — o do Ocidente, o do Japão — só um nunca vomitou o que tinha engolido: é o imperialismo russo, que lhe arrancou precisamente os mais vastos territórios. No mundo de hoje a **única** ameaça para a paz à escala planetária vem da União Soviética, porque é o último imperialismo ascensional, o único que ainda não deparou com um fracasso e um limite às suas ambições. A China viu isso muito lucidamente e procura despertar o Ocidente que, quanto a ele, infelizmente, numa busca cega do lucro imediato, só está bem preparado para se deixar adormecer pelas promessas ocas de Helsínquia, e vende à U.R.S.S. a corda com a qual ela o enforcará.

Não poderia haver melhor factor de paz para o mundo futuro que uma China estável, moderna e próspera: o Ocidente deve aplicar-se por todos os meios a favorecer e ajudar a China nesse processo de modernização e de desenvolvimento. Não só, mesmo sob o seu presente regime, a China não poderia representar um perigo para o Ocidente, mas também, bem mais que a União Soviética, ela parece capaz de evolução e de transformação: na medida em que o passado é certamente a fonte de que emana o futuro, e a história um guia para o conhecimento do presente, a barbárie soviética de hoje é apenas muito fielmente a herdeira da velha barbárie russa de anteontem.

No caso da China, a qual forneceu a contribuição mais longa, mais constante e mais rica ao património cultural da humanidade, o fenómeno maoista, muito pelo contrário, aparece antes como um acidente (resultado essencialmente da crise provocada pela agressão imperialista do Ocidente e do Japão, a partir de meados do século passado), mas largamente contra a corrente das tradições mais fundamentais do humanismo chinês.

Nós podemos esperar muito do génio criador da admirável civilização chinesa — a mais antiga civilização **viva** deste planeta —, e numa modesta medida podemos talvez apressar o momento em que ela saberá dar de novo livre curso aos seus talentos, multiplicando as trocas económicas e culturais, favorecendo tudo o que puder contribuir para uma mais larga abertura da China ao mundo moderno.

3.ª Pergunta: COMO VÊ O FUTURO IMEDIATO DA CHINA?

3.ª Resposta: A luta pelo poder ao nível da cúpula é infelizmente um fenómeno permanente, inerente neste género de regime. As contradições não faltam no interior da equipa dirigente: por um lado, há as pessoas como Teng Hsiao-ping e os seus amigos que a Revolução cultural tinha eliminado por um certo lapso de tempo e que se encontram agora quase todos no poleiro; esses indivíduos sofreram perseguições por vezes atrozes, não se esqueceram de nada e têm contas terríveis a ajustar.

Depois há as pessoas que chegaram ao poder por meio da Revolução cultural, que trilharam um troço de caminho na companhia do «bando dos quatro», após o que viraram a casaca; Hua Kuo-feng, por exemplo, é das desta espécie: saberão elas fazer esquecer o passado?

Mas o que finalmente acaba por tornar efectivamente fútil o joguinho dos «China watchers», é que se chegou agora a tal ponto de degradação na vida política do sistema que esses indivíduos não têm mais princípios nem fidelidades: o jogo movente das alianças faz-se e desfaz-se não mais em função de opções profundas, mas ao acaso das oportunidades.

O jogo de «China watching» é tanto mais vão quanto, no fundo, pouco importa que seja Hua Kuo-feng ou Teng Hsiao-ping (ou Hua Hsiao-ping ou Teng Kuo-feng!) quem ganhe afinal de contas, porque, mesmo que eles tivessem que se detestar mutuamente, não podem de modo algum fazer senão a mesma política: a situação actual da China, catastrófica no domínio económico (não sou eu quem o diz, mas as próprias fontes de Pequim), inquietante no domínio social (população cínica, desmobilizada e desenganada, delinquência juvenil, sabotagem e caos endémicos), restringiu singularmente as opções da equipa dirigente, priva-a até mesmo provisoriamente desse luxo que constituía o seu passatempo tradicional, quer dizer precisamente a luta pelo poder...

O maoismo está bem acabado enquanto receita operante, está morto e enterrado — não, mais exactamente: mumificado, neutralizado atrás de uma montra de museu. O problema, a contradição insolúvel para os dirigentes actuais que entendem praticar o «revisionismo», ao mesmo tempo que o baptizam de «maoismo», é que não podem denunciar explicitamente o maoismo: isso equivaleria para eles a serrarem o galho sobre o qual estão sentados, a destruirem o único alicerce da sua própria legitimidade...

Mas por outro lado, enquanto não tiverem procedido a essa impossível «desmaoização» explícita, continuarão permanentemente expostos ao perigo de verem surgir uma facção rival que, ao expor o seu artifício e ao reivindicar-se, quanto a ela, do maoismo autêntico, virá repor em questão toda esta política revisionista ainda frágil e que mal recomeçava a afirmar-se. Agora, no que diz respeito ao povo chinês, a sua única exigência é simplesmente poder soprar um pouco. A sua situação está bem resumida por um velho provérbio: «Antes ser um cão em tempo de paz do que um homem em tempo de desordem.»

A esperança para a China, no futuro imediato (e aqui não faço mais que traduzir e transmitir os pontos de vista de amigos chineses), residiria antes numa espécie de reformismo: a reforma fundamental (aquela com que sonhava aliás o próprio Chu En-lai nos últimos anos da sua vida, mas infelizmente ele permanecia tragicamente prisioneiro das suas próprias contradições) consistiria na instauração de uma **legalidade** — e aqui voltamos precisamente à análise magistral formulada por «Li Yizhe» no seu manifesto sobre **a Democracia e a legalidade em regime socialista:** a substituição ao arbitrário subjectivo de um «Grandioso Timoneiro», encarnação de uma Verdade tão absoluta quanto é caprichosa e mudável, de um conjunto objectivo de leis diante do qual todos seriam iguais, que fundasse a dignidade dos cidadãos e garantisse a liberdade de opinião e de crítica, condições necessárias e indispensáveis a qualquer progresso em profundidade.

O serviço militar, uma violentação

«Na tropa hás de te fazer um homem, meu filho» diziam aqui há uns anos muitos pais, preocupados com a falta de «senso das responsabilidades» dos seus rebentos. Mas que espécie de homens forma a tropa? «Tropa fandanga» — expressão corrente, com um sentido vagamente humorístico. «Aquela tropa...» é mais ou menos o mesmo que «Aqueles tipos, aqueles gajos...». Do dicionário prático ilustrado da Lello: «TROPA — Aglomeração de gente: **uma tropa de malandrins;** qualquer conjunto de soldados; os soldados: **ir à missa da tropa»**. E mais à frente: — **Popular** — Tropa fandanga — **grupo de gente indisciplinada ou desprezível. Brasil.** Grande porção de gado ou de bestas de carga que seguem em jornada». E o «tarata»? Nas historietas é sempre um pobre diabo, um ingénuo, um parvalhão...

Não está na nossa ideia ir buscar à «sabedoria popular» os argumentos mais fortes para dizermos seja o que fôr. De resto, a «sabedoria popular» é feita de um misto de revolta e de resignação. Mas é um facto que diz muitas verdades verdadinhas que nem sempre convém esquecer.

Durante a participação de Portugal na 1.ª guerra mundial contaram-se por dezenas de milhar as deserções. Mas, agora, a única coisa de que se fala é dos «gaseados» (¹). Ao longo de 13 anos de guerras coloniais, dezenas de milhares de jovens recusaram-se a dar o corpo ao manifesto e a participarem num exército que lutava em defesa de valores e interesses que, para eles, não tinham qualquer significado. E esse movimento de desertores (e de refractários, sobretudo) fazia-se no anonimato, caso por caso, com base nas mais diversas considerações de ordem pessoal. Mas dessas recusas não estava decerto ausente um espírito de insubmissão e de aversão à disciplina militar e ao enquadramento acéfalo a que a tropa os reduziria para «lutarem pela conservação dos altos valores da civilização cristã e ocidental».

Pois bem, que é que se alterou para que tais movimentos não tenham agora essa incidência mas, sobretudo, para que comece a generalizar-se o contrário, ou seja, a vontade de ir fazer a tropa? A que é que se deve o facto de haver muito boa gente que aceita como inevitável o facto de ter de fazer a tropa e, além disso, se oferece para os Comandos ou outras tropas especiais? Dir-se-ia que há uma certa dose de masoquismo no espírito de muitos desses «mancebos».

Claro que não estamos na 1.ª guerra, acabou a guerra colonial, o desemprego aumenta cada vez mais (e tanto maior é a dificuldade em obter emprego quando não se fez o serviço militar), etc., etc.. Mas terá mudado a essência do espírito e da organização militares?

Foi de certeza na reacção dos muitos que desertaram desde 1961 que, nos últimos tempos, o anti-militarismo teve a sua expressão mais lógica e consequente. Porque os porta-vozes quer do «contra» quer da «situação» nunca se fizeram eco de uma verdadeira «objecção de consciência» a todo o serviço militar. O mais longe que foram foi na crítica à guerra colonial «por ser uma guerra injusta» e na crítica ao código de disciplina militar vigente porque «era um código fascista». Então e os códigos de disciplina militar «que não são fascistas»?

O sentido do dever e da obediência; o respeito pelas hierarquias (agora renovadamente competentes); a passiva aceitação de ideologias e valores de base abstracta tais como «Pátria», «civilização cristã», «democracia», «fascismo» conforme o pendor dos escalões mais elevados; a habituação das formaturas, das continências, dos horários fixos, da rusticidade, da brutalidade, da machice, da força, dos músculos, da destreza - física - para - vencer - o - adversário - imaginário — será isto o que vai formar os homens? Agentes de uma vontade cega e impessoal, destros no manejo das técnicas da violência, peito cheio, olhar façanhudo, expressão impenetrável, uma **farda,** medalhas se possível e temos **homens!** — Acéfalos quando não têm o chefe ao pé (e este também em dificuldades se não há ninguém que lhe acuda); tímidos, se não estão fardados; impotentes, se estão sozinhos; confusos, se não se passa tudo como estava previsto e ordenado... Mas... HOMENS. Eis o militar ideal, nem sempre conseguido mas idealizado por quem de direito.

O verdadeiro descrédito em que a instituição e a função militares tinham caído entre a juventude bem depressa se desvaneceu, após o 25 de Abril. Os movimentos anti-colonialistas, inconsequentes, caindo automaticamente no apoio a este ou àquele «movimento de libertação» (todos eles vieram afinal a revelar-se agentes de novas formas de colonialismo — mas isto é assunto para outros artigos), passaram, com o 25 de Abril, a defender «tacticamente» um exército democratizado, uma nova disciplina, uma disciplina «consentida», etc.. Todas as forças políticas se viraram para os militares — dantes os grandes responsáveis pelo prosseguimento de uma guerra sem futuro — e fizeram deles os libertadores, os heróis do povo. Até a Polícia se tornou democrática e mereceu um reequipamento total... (²).

Os militares reencontraram a dignidade pardida. A Academia Militar viu aumentar o número de candidatos, que nos últimos anos do fascismo tinham descido quase a zero (talvez isso se deva também às dificuldades de emprego e aos privilégios económicos e garantias de que usufruem os militares...).

Mas um tal processo de dignificação tem as suas contrapartidas e uma delas é ameaçar a unidade das forças armadas, por começarem a surgir adeptos deste e daquele partido, etc.. O que, claro, sem entrar em contradição com a vocação básica duma instituição militar (o exercício do Poder) dificulta que os chefes tradicionais a controlem e provoca inevitavelmente a sua reacção, que será a reposição de um militarismo exacerbado e aplicado provavelmente também aos domínios da «vida civil».

E é assim que, sob o olhar pardo que silenciosamente vela agora sobre nós e as políticas dos políticos, se reconstitui a eficácia de uma força conservadora por natureza que, se teve algum mérito, foi o de estar desorganizada.

Nunca será por dentro dumas Forças Armadas ou pela «subversão» interna dos seus valores que poderá esboçar-se qualquer movimento insurreccional dos trabalhadores. Ou serão homens que aceitam a disciplina militar, que convivem lado a lado e que pactuam quotidianamente com uma ausência de valores pessoais e sociais (que é encoberta por palavrosas ideologias patrióticas, hoje «democráticas», ontem «fascistas» e «anti-terroristas») — serão os homens que são incapazes de **recusar abertamente** essa situação que podem constituir o eixo de um movimento social **de oposição** efectiva a todas as formas de militarismo?

Ou hesitaremos nós em atacar abertamente o espírito militarista, o culto da violência organizada para manter uma ordem que se quer «pacífica», a disciplina e o espírito de obediência, porque nos estamos a preparar para, de hoje para amanhã, fazer as coisas exactamente do nosso modo? Parece ser esse o caso dos dirigentes da «esquerda revolucionária», que defendem a constituição de «Exércitos Populares» que talvez só se diferenciassem dos actuais por uma disciplina ainda mais rígida e acéfala.

JOAQUIM A.

---

(1) — Os «gaseados» eram as vítimas dos gases tóxicos que foram profusamente utilizados na guerra de trincheiras em 1914-18 e que destruíam de maneira irreversível os pulmões dos que os respiravam.

(2) — Até um «general revolucionário», como o major Carvalho (ex-chefe do COPCON) reequipou a PSP com bastões eléctricos, escudos, coletes à prova de bala, carros de água para dispersar manifestações e pequenos blindados operacionais.

Por esse Mundo fora...

Do semanário satírico francês «Le Canard Enchaîné» de 5 de Abril do corrente ano extraímos a seguinte notícia:

«Esta informação, há alguns dias, proveniente de Pequim: quatro pessoas foram condenadas, à morte, se faz favor, por diversos delitos, tais como «relações ilegais entre homem e mulher».

Ilegais como, é coisa que o despacho informativo não precisa. Talvez em contravenção com a doutrina dos «cem flirts»? Ou com o código do «grande salto em frente»? História «cultural» antes do casamento? Adultério? «Partouze»? É de a gente ficar a sonhar... Em poucas palavras, para este novo e fornicante bando dos quatro, o opróbio e, depois das cenas contra-revolucionárias em pêlo, o pelotão de fuzilamento proletário.

No entanto, como há sempre tempo para tudo, no país dos filhos do céu (não do sétimo!), os culpados foram condenados à morte... com pena suspensa. A conduta que tiverem, durante a suspensão da pena — dois anos de trabalhos forçados —, decidirá da sorte que terão.

Então, ainda mais a sonhar ficamos: qual deverá ser a conduta deles, durante esses dois anos de prova? Um regresso ao espírito de partido (com malandrices sexuais pelo meio), a cambalhota dialéctica, ou então, mais simplesmente, a castidade absoluta?

A castidade num campo de endireitamento para os teimosos! Decididamente, a técnica multimilenar do suplício chinês está mais do que nunca afinada...».

E nós acrescentaríamos que a «moral proletária» ainda é mais repressiva que a sua irmã mais velha, a «moral burguesa». Livra!

★

Comentando o próximo campeonato mundial de futebol, que deve ter lugar na Argentina, escreve «Le Canard Enchaîné» também de 5 de Abril:

«Imaginem a cena. Isto passa-se em Madrid, na semana passada. Na sala, os pasquineiros desportivos, muito contentes por terem um visto para Buenos Aires e os seus tangos. Na cena, o contra-almirante argentino Alberto Lacoste, vice - presidente do comité de organização dos campeonatos do mundo de futebol.

Alberto tranquiliza os jornalistas: «Nenhumas represálias, anuncia o bom príncipe, serão tomadas contra nenhum jornalista por aquilo que tiver escrito».

Os rabiscadores de papel impresso respiram fundo.

«Com a condição, todavia, precisa o galardoado da pampa, que ele seja objectivo e que não atente contra a lei».

Ora, dada a lei, ou aquilo que dela resta, no país dos gaúchos, é preciso essa malta por-se a pau ao comentar os penaltys, se não quiser encontrar-se ela mesma no relvado de um estádio.

Lembramos, aos estouvados, que, segundo a União dos jornalistas argentinos em França, há cerca de 70 jornalistas presos pela junta militar, 40 desaparecidos e 29 assassinados».

Como diria o sinistro general Videla, o futebol é uma coisa muito séria...

Algumas verdades sobre o Individualismo Libertário

(Continuação da 6.ª página)

forte e centralizador, via inclusive nele a chave da propriedade burguesa que tinha sucedido à propriedade feudal. A burguesia queria muito simplesmente um Estado forte e estava disposta a pagar impostos elevados e direitos sucessórios, para que aquele, revestido da sua legalidade e da sua pretensa legitimidade, do alto do seu pedestal sagrado, lhe garantisse os famosos títulos de propriedade. Desta forma, não é exagerado nós dizermos que a própria propriedade privada, na sua forma burguesa, não é mais que uma das formas da propriedade do Estado, esse monstro que a burguesia criou, na sua encarnação moderna, mas que acabou por lhe impor a sua vontade. Do exposto decorre que a burguesia não é proprietária, é concessionária.

E Stirner, que não era um reformista como Marx, uma vez que atacava a Sociedade e a organização hierarquizada que lhe está intimamente ligada: o Estado; não se limitava a atacar o Estado burguês, para defender o Estado popular ou proletário. Não! Nas páginas de «O único e a sua propriedade», encontra-se um dos mais violentos e um dos primeiros libelos contra o Estado, sob todas as suas metamorfoses históricas, de que há memória. Porque nas mãos do Estado, o monopólio da força chamar-se-ia sempre Lei; enquanto nas mãos dos indivíduos, o uso da força teria sempre o apodo de Crime. Todos os meios termos, todas as atitudes compreensivas em relação ao Moloch moderno, não podiam senão ser ou cantos líricos ou gesticulações incoerentes ou tentativas piedosas dos reformadores da Sociedade, desses socialistas que valiam tanto como a burguesia, em relação à qual se definiam, e que, com o seu Estado ainda mais tentacular e mais social, mais ainda viriam complicar o problema e torná-lo mais insolúvel.

Quanto ao Partido que, na boca dos revolucionários da nossa praça, será o instrumento emancipador daqueles que, pelos vistos, têm dificuldade em ser maiores ou emancipados sozinhos, o autor do Único via nele apenas uma mais pequena sociedade de abelhas. Demasiado lúcido para não ver como eram arrastados na lama e tratados de transfugas os ex-membros de qualquer partido, recusava-se a pertencer ao Partido, assim designado por antonomásia, a ser membro desse pequeno Estado dentro do Estado. Tomar partido, quando chegasse a altura, de acordo; agora ser coisa, ser pertença do Partido, isso nunca!

STIRNER, A ASSOCIAÇÃO E O EGOISMO

Não vamos todavia pensar que o pensamento de certo modo anti-social de Stirner, sendo a Sociedade aquilo que é, tem algo que ver com a torre de marfim ou equivale a preconizar o isolamento ou a masturbação solipsista do **homem só.** Stirner, homem responsável no elevado sentido do termo, porque a responsabilidade só pode ser pessoal, caso contrário cai-se na maldição bíblica, encarou sempre a possibilidade de se associar com outros indivíduos dignos, para a prossecução de objectivos comuns. Enquanto o indivíduo se podia servir da **associação,** deste modo contraposta à sociedade, para aumentar a força do seu braço e as suas potencialidades, era sempre a sociedade que se servia do indivíduo, como de um peão de brega. Por isso, seria de desejar ardentemente a total destruição desta última e a sua substituição por aquilo a que o autor do Único chamava a **associação dos egoistas.**

— Egoistas?!, bem me queria parecer, exclamaria Artur Corvelo, que tem o sentido do sacrifício. E todos os Abranhos e Tartufos supracitados aplaudiriam: — Abaixo o egoismo! De altruismo, de choro e ranger de dentes, de baba e ranho de todo o tamanho, de gado para o matadouro, de achas para o braseiro é que a nossa civilização devoradora de homens necessita. Que a nossa causa seja a de Deus, a da Sociedade, a do Homem, a do Proletariado, a do Partido, de acordo, mas que a nossa causa seja efectivamente muito nossa, como o pretende Stirner, o individualista, Stirner, o egoista, isso é que não, com mil milhões de diabos!

Mas, e se o altruismo não fosse mais que uma forma de egoismo? E se o homem, em geral, mesmo quando dá, estivesse sempre a zelar pelos seus interesses, estivesse sempre à espera de uma compensação, por muito imaterial e ideal que ela pudesse ser? E se, para cúmulo da desgraça, o revolucionário autêntico (ou o revoltado, como preferia chamar-lhe Stirner) fosse aquele que, por egoismo, por não poder mais viver nesta sociedade de náusea, quisesse «um mundo novo a sério», para empregarmos a fórmula do poeta António Aleixo? E se ele não fosse o altruista por jesuitismo, o cristão de esquerda que estende a mão ao pobre e ao oprimido, para o manter eternamente numa posição de inferioridade e por não encontrar dentro de si mesmo motivos suficientes de revolta?

Enfim, aqui ficam estas considerações sobre o tão denegrido individualismo, sobre o tão exorcismado egoismo, para o uso dos bons entendedores. Esperamos que não se limitem a lê-las, com o gesto requintado de estetas. **É na prática** que marcamos o nosso encontro.

JÚLIO FILIPE

Algumas verdades sobre o Individualismo Libertário

O INDIVÍDUO E AS MODAS

Não está na moda celebrar as qualidades ou propriedades do indivíduo, nem proclamar que, num universo castrador, é ele a única e grande potência, a que não admite a tirania de nenhuma forma de poder exterior e acima de si mesma. Não é de bom tom, numa sociedade estandartizada, especializada no fabrico em série, onde todos os bens são fungíveis e onde o repelente **homo economicus** dita a sua lei, proclamar que o indivíduo é único e, por conseguinte, não susceptível de ser substituído como um parafuso da engrenagem. Não é de bom gosto nem oportuno dizer com Royer-Collard que «todos os assuntos que não são os nossos assuntos pessoais, são assuntos do Estado».

Não!, o individualismo exacerbado e indomável que tais frases ressumam, seria apontado na praça pública como um atentado contra a magnífica organização social vigente. O conselheiro Acácio, lembrando mais de oito séculos de história, faria apelo aos nossos briosos antepassados; o deputado Pacheco, batendo na testa desguarnecida até à nuca, pensaria na legislação repressiva a adequar; o Conde de Abranhos garantiria a protecção adequada aos bons cidadãos; Basílio aconselharia: «Caluniai, caluniai, sempre há-de haver alguma coisa que fique»; Tartufo diria que nada de grande, de monumental, de esmagador se fez sem o esforço colectivo e aglutinador; e todos em conjunto, unindo as impotências, desencadeariam a campanha. Os professores, doutorados em ciências sociais, subiriam, a quatro, para cima das respectivas cátedras e fulminariam o crime anti-social por excelência. Os sociólogos e os zoólogos diriam que o erro que se estava a cometer, Deus do céu!, era grosseiro, porquanto o **animus societatis** humano e o instinto gregário asinino figuram logo nas primeiras páginas de todos os manuais de sócio-zoologia. Os economistas, barafustando na botica de Mercúrio, deus dos comerciantes e dos ladrões, encarrapitar-se-iam na sua ciência de pacotilha e falariam da divisão social do trabalho, a qual pelos vistos refuta as veleidades individualistas. Os psiquiatras e os psicólogos sonhariam com a pele do indivíduo, que sofresse da doença da «perigosidade social», esticada sobre o cavalete de tortura. E os sacerdotes da Santa Madre Igreja, para culminar a sessão, com uma voz bem treinada no canto gregoriano, mostrariam, **vanitas vanitatum**, quanta soberba o individualismo encobre e quão contrário é aos ensinamentos do Divino Mestre, do Bom Pastor, do Cordeiro Pascal.

Mais papistas que o Papa, os marxistas, leninistas, sociais-democratas, castro-guevaristas, maoistas, tengsiaopinguistas, trotsquistas e outros funâmbulos da derradeira das religiões reveladas, os quais o 25 de Abril produziu em tão exuberante quantidade, ainda iriam mais longe no anátema. Declarariam logo **ex abrupto** que o indivíduo é um produto da sociedade burguesa, um desses artigos de luxo da sociedade de consumo, mas que, com eles no poleiro, o fado seria outro e todas as veleidades acabariam. Todos seríamos iguais a zero e só em conjunto seríamos alguma coisinha — o que parece estar incorrecto até matematicamente, mas não faz mal. Todos marcharíamos como os soldadinhos de chumbo do Presidente Mao; todos cantaríamos só em coro, como os alentejanos saudados na sua maneira de cantar pelo poeta José Gomes Ferreira; todos lutaríamos por uma proletarização total e pediríamos em altos brados uma medalha colectiva de heróis do trabalho; enquanto alguns camaradas, com um sentido da igualdade mais exacerbado do que o comum dos camaradas iguais, e justamente promovidos na hierarquia do mérito, se ocupariam do nosso bem, não nos deixariam ir para o mal nem cair em tentações. E Artur Corvelo, esse rapaz de Oliveira de Azemeis de que nos fala Eça de Queirós em «A Capital», todos os cinco minutos brandiria o magro pulso crispado, como um polichinelo, e gritaria de maneira mui original: — Abaixo o individualismo pequeno-burguês!

Nós, porém, não nos deixamos intimidar. Achamos das mais relativas a ciência dos economistas e dos sociólogos. Não respeitamos a sabicheza multi-secular, brutal à maneira de Torquemada ou suavemente impostora à maneira das encíclicas, da Santa Igreja. Aos cantares alentejanos, preferimos a maneira de cantar dos índios Guyaki, os quais, segundo Pierre Clastres, cantam individualmente e não sabem cantar em coro bem afinadinho. O conjunto das suas vozes é mais polifónico que sinfónico; é o conjunto sempre instável e sempre novo das melodias de cada um que se encontram, sem precisarem para o efeito da batuta de nenhum maestro. E, para cúmulo, achamos que o socialismo e o comunismo dos «socialistas científicos» e dos comunistas autoritários seriam, se fossem realizáveis até ao fim, o maior pesadelo que imaginar se possa, apenas comparável à organização da sociedade das abelhas e das formigas. Por conseguinte, repetimo-lo, não nos deixamos intimidar. Se não pretendemos ser nem professores nem alunos, nem postos emissores nem postos receptores, nem pastores nem carneiros, nem carcereiros nem prisioneiros, nem exploradores nem explorados, nem governantes nem governados, nem elegíveis nem eleitores, nem representantes nem representados, que mossa nos podem fazer as excomunhões? Os cães ladram e o indivíduo passa. O indivíduo que se preza, claro está, e que não quer nada nem ninguém, nem acima nem abaixo dele; nem entronizar nem ser entronizado; nem endeusar nem ser endeusado. E é tão difícil ser-se hoje em dia, nesta sociedade de consumo e de opressão, um indivíduo autêntico, contrariamente ao que dizem os sinistros partidários do nivelamento por baixo, semelhante ao da relva cortada com a tesoura de tosquiar! É tão difícil não se ser um manequim da rebeldia, um estereótipo da revolta ou uma imagem de Epinal da revolução! Ou então uma pessoa não se limitar a ser uma profissão, um estado civil, um número de matrícula, um bilhete de identidade, uma caderneta militar, um boi que é levado ao matadouro, um automóvel que é posto na garagem, um cheque a assinar, uma letra a vencer, um aumento de salário, um posto na hierarquia, um cartão de aderente a um partido, uma carta de cotizante sindical... É tão difícil, em suma, não se ser uma imagem de marca qualquer, no seio de uma sociedade que só vive de encenação e de publicidade, e onde se prefere sempre a imagem à realidade, como sublinhava Feuerbach, ao desmontar o mecanismo religioso...

STIRNER E AS RELIGIÕES HUMANITÁRIAS E SOCIETÁRIAS

O pior é que o autor de «A essência do cristianismo», depois de analisar a essência do mesmo, assim como da religião em geral; depois de declarar que as grandes catedrais não eram nenhuma homenagem a nenhum Deus, mas sim ao Homem — sendo neste sentido não maravilhas da devoção, mas sim da arquitectura; depois de declarar que Deus só tinha aparecido como algo de superlativamente grande, bom, misericordioso, porque o Homem se tinha superlativamente despojado das suas qualidades humanas de grandeza, bondade, misericórdia; caía de pés juntos e de mãos postas na religião do Homem com **H** maiúsculo e declarava que o Homem era o deus do Homem.

O individualista libertário Max Stirner, que publicou «O único e a sua propriedade» em 1843, e viria a influenciar poderosamente o pensamento de inúmeros anarquistas e o anarquismo em geral, foi o único membro da esquerda hegeliana (onde no entanto campeavam sumidades como Bruno Bauer, Karl Marx, Friedrich Engels, etc.) a criticar convenientemente Feuerbach. Pondo o dedo na ferida, disse que o Homem era a nova divindade que reinava no reino dos céus. Nova divindade tão hostil como qualquer ou-

(Continua na 6.ª página)

---

40 anos depois:

A CNT na Espanha libertária de hoje

Diariamente os jornais portugueses trazem pequenas notícias àcerca disto e daquilo, atentados, greves operárias, boicotes camponeses, fusões e divisões de partidos da esquerda e da direita, manifestações fascistas, manifestações separatistas, eleições sindicais, pactos sociais com o governo, tudo na vizinha Espanha. Mas tudo isso parece passar-se num outro mundo, numa outra dimensão e pouco ou nada ter a ver com o que aqui se passa. E assim tem sido, até certo ponto.

Apesar de tudo, sabe-se a influência «moderadora» que a chamada «experiência portuguesa» teve, por contraposição, na evolução do processo político espanhol. Qualquer observador menos atento ao que se passa e passou em Espanha, no plano político, se apercebe facilmente, por outro lado, que continua de pé o espectro do que foi a guerra civil de 1936 a 1939. Sobretudo para as gerações mais velhas, E que, a coberto disso, uma grande parte das forças políticas da oposição enveredaram por uma política reformista mais declaradamente conciliadora do que a que teriam adoptado noutras circunstâncias.

Porém, este é apenas o verniz dos acontecimentos, aquela camada dentre eles que merece as atenções dos órgãos informativos oficiais e oficiosos.

A verdade é que a Espanha de hoje não enferma do provincianismo que caracterizou o Portugal dos últimos anos do salazarismo e do marcelismo; a força activa, a independência, o individualismo da juventude, bem marcados, parecem combinar-se aí com a sociabilidade e o espírito de luta tradicionais do povo espanhol (nacionalismos e regionalismos àparte). As oposições políticas (e os fanatismos de tipo religioso também!) têm ali um carácter completamente diferente daquele que têm em Portugal, sobretudo porque o movimento de transformações sociais que se vem processando tem, talvez, uma profundidade que ainda não atingiu aqui.

Se, por um lado, a recordação da guerra civil pode moderar os entusiasmos e as paixões, por outro, as profundas divisões e distorsões que o franquismo manteve e alimentou contra a generalidade do povo espanhol e a selvática repressão que desde a guerra civil até aos nossos dias não deixou de praticar, não serão facilmente sanadas pela evolução política do regime. As divisões mais profundas que existem em Espanha não são meramente políticas e não é, portanto, a simples «reconciliação» no quadro de um regime «mais liberal» ou a colaboração das forças políticas social - democratas e estalinistas que irá ultrapassá-las.

De facto, não é essa, sequer a sua intenção. Esta seria, sim, uma reconversão política que permitisse, ao fim e ao cabo, um desenvolvimento económico e social menos conflituoso mas sempre dentro do quadro duma economia baseada no salariato, na exploração do trabalho assalariado e na centralização e opressão políticas.

Mas as coisas não tomarão necessariamente esse rumo, para que parecem querer convergir todas as forças políticas. Existem em Espanha outras forças sociais que podem influir decisivamente na evolução dos acontecimentos.

Sem aprofundar muito o assunto, a portentosa actividade de inúmeros grupos anarquistas e da *Confederación Nacional del Trabajo* (a CNT), confederação anarco - sindicalista, vem desmentir todas as previsões dos estalinistas que, mais furiosamente que ninguém, divulgaram elaboradíssimas deformações dos factos e com base nelas, afirmavam que o anarquismo estava definitivamente varrido da face da terra «depois das asneiras históricas que cometera na Espanha de 36». De facto, o estalinismo em Espanha não teve de modo nenhum um papel de somenos importância na *eliminação física* de militantes anarquistas (e doutros que não seguiam a sua política) durante a guerra civil. Apesar disso, parece não ter conseguido o objectivo que alguns dos seus porta-vozes da altura (que agora surgem a apertar a mão dos continuadores do franquismo) abertamente propagandeavam.

Nas regiões onde a influência anarquista foi preponderante, é precisamente onde a actividade tem ressurgido com maior vigor (cooperativas agrícolas, comissões de bairro, de empresas, grupos autónomos de propaganda, etc.); mas também noutras regiões, como em Madrid, onde a influência da CNT era menor, o movimento ressurgiu com um vigor que nunca aí tivera. Indicações vagas, estas, e a que, decerto, a notícia dum dos últimos comícios da CNT em Barcelona — com a presença de 350.000 pessoas — não irá adiantar muito. Mas indicações que, quanto mais não seja, nos provam que a revolta anarquista e o ideal do Comunismo Libertário não se ficam pelas palavras de uns tantos visionários e correspondem a qualquer coisa mais. Com variantes, tendências diversas, avanços e recuos, — o que prova que o movimento é de facto «movimento» e não é uma múmia posta de pé por uns quantos dirigentes que vissem nessa actividade um bom escape para os recalcamentos das suas frustrações de ditadorzinhos falhados, — o movimento anarquista vai-se reconstituindo em Espanha

Se falamos em «ressurgir» da actividade da CNT, referimo-nos com isso à actividade generalizada e aberta e mais propriamente sindical. Porque a actividade anarquista organizada nunca morreu em Espanha, nem se remeteu para um espírito mais ou menos saudosista na pessoa dos que tinham sobrevivido aos seus momentos mais intensos. As guerrilhas urbanas que actuaram ainda durante alguns anos após o fim da guerra civil, as que recomeçaram em princípios da década de 60, contra o franquismo, e, de novo, em princípios da década de 70; e, sobretudo, a continuidade da actividade propagandística, que faz com que neste momento existam variadíssimas livrarias e editoras libertárias por toda a Espanha — toda esta actividade tem contribuído para manter de pé um espírito de independência e de consciência social livre bem marcados.

Espírito de independência que se manifesta não apenas numa marcada irreverência perante toda a espécie de preconceitos, dogmas e verdades institucionalizadas, mas que é extensivo à rebeldia contra toda a forma de opressão política e económica e que tem expressão nas atitudes dos grupos da CNT. A CNT é actualmente a organização sindical que conta com maior número de membros activos e participantes (não «encartados» sindicais).

Dentre as organizações com amplitude nacional, apenas a CNT não participou nas eleições para os sindicatos oficiais organizados pelo franquismo (à sua maneira, claro!). E apenas ela não assinou o chamado «pacto social de Moncloa», que visava conceder facilidades ao governo (em prejuízo das reivindicações dos trabalhadores, claro!), para este ge-

(Continua na 5.ª página)

O que nós queremos

Queremos, simultaneamente, a revolução universal, social, filosófica, económica e política, a fim de que da actual ordem de coisas, fundada na propriedade, na exploração, no domínio e no princípio da autoridade — quer religiosa, quer metafísica e burguêsmente doutrinária, quer mesmo jacobinamente revolucionária, não fique, primeiro na Europa e depois no resto do mundo, pedra sobre pedra. Soltando o grito de paz aos trabalhadores, liberdade para todos os oprimidos e morte para os dominadores, exploradores e protectores de todas as espécies, queremos destruir todos os Estados e todas as Igrejas, com todas as suas instituições e as suas leis, religiosas, políticas, jurídicas, financeiras, policiais, universitárias, económicas e sociais, a fim de que todos estes milhões de pobres seres humanos, iludidos, dominados, atormentados, explorados, fiquem livres de todos os seus directores e benfeitores oficiais e oficiosos, — e as associações e os indivíduos respirem finalmente em completa liberdade.

Mikhail Bakunine
«Estatutos da Aliança Socialista Internacional»